TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

501

As questões históricas e estruturais do Brasil

Fábio Campos

Marilane Oliveira Teixeira

Carlos Cordovano

Setembro 2026

UNICAMP

instituto de economia

As questões históricas e estruturais do Brasil [1]

Fábio Campos [2]
Marilane Oliveira Teixeira [3]
Carlos Cordovano [4]

Resumo

Este artigo apresenta algumas questões históricas e estruturais do Brasil, argumentando que a profunda crise econômica, social e política contemporânea não pode ser compreendida sem uma perspectiva de longa duração. É ela que conecta a herança colonial, o processo de industrialização dependente e a atual inserção subordinada do país no padrão mundial de acumulação. A trajetória brasileira é dividida em dois grandes períodos: o desenvolvimentismo (1930-1980), caracterizado pela industrialização e intervenção estatal, e o neoliberalismo (pós-1980), caracterizado pela desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora e crescente financeirização. O artigo sustenta que essa transição não é meramente uma mudança de política econômica, mas o desfecho trágico de um processo histórico que não logrou romper com a dependência externa e a segregação social. Os limites da formação brasileira se articulam, a partir dos anos 1970, com uma crise estrutural do capital, caracterizada pela financeirização, pelo desemprego estrutural, pela precarização do trabalho e pelo colapso ecológico. No Brasil, essa crise aprofunda a dependência e revela a impossibilidade de retomar um projeto nacional autônomo, consolidando uma economia regressiva. O texto também incorpora uma perspectiva de gênero e raça, demonstrando que a inserção das mulheres, especialmente as negras, no mercado de trabalho sempre se deu de forma subordinada e precária, sendo funcional à acumulação capitalista. Concluímos que o Brasil atual reflete a crise estrutural do capital, onde a barbárie social, a violência e a concentração de renda são expressões de um subdesenvolvimento que se reinventa, sem superar seus dilemas históricos.

Palavras-chave: Dependência, Subdesenvolvimento; Segregação social; Formação brasileira; Desindustrialização; Crise estrutural do capital.

Abstract

Historical and structural issues of Brazil

This article presents some historical and structural issues of Brazil, arguing that the profound contemporary economic, social, and political crisis cannot be understood without a long-term perspective that connects the colonial heritage, the process of dependent industrialization, and the country's current subordinate insertion into the global pattern of accumulation. The Brazilian trajectory is divided into two major periods: developmentalism (1930–1980), characterized by industrialization and state intervention, and neoliberalism (post-1980), characterized by deindustrialization, the reprimarization of the export basket, and increasing financialization. The article argues that this transition is not merely a change in economic policy but the tragic outcome of a historical process that failed to break with external dependency and social segregation. From the

(1) Texto preparado para os Seminários Internos.

(2) Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, SP, Brasil. E-mail: fcampos@unicamp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3995-3661.

(3) Professora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, SP, Brasil. E-mail: marilaneteixeira3@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0246-9147.

(4) Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, SP, Brasil. E-mail: cordovan@unicamp.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-3365-5460.

1970s onward, the limits of Brazilian social formation articulate with a structural crisis of capital, characterized by financialization, structural unemployment, labor precarization, and ecological collapse. In Brazil, this crisis deepens dependency and reveals the impossibility of resuming an autonomous national project, consolidating a regressive economy. The text also incorporates a gender and race perspective, demonstrating that the insertion of women, especially Black women, into the labor market has always been subordinate and precarious, being functional to capitalist accumulation. We conclude that contemporary Brazil reflects the structural crisis of capital, where social barbarism, violence, and income concentration are expressions of an underdevelopment that reinvents itself without overcoming its historical dilemmas.

Keywords: Dependency; Underdevelopment; Social Segregation; Brazilian Formation; Deindustrialization; Structural crisis of capital.
JEL: B55; N46; F54.

1 Introdução

A história brasileira nos coloca um enigma a ser decifrado: como a economia mais industrializada da América Latina, e uma das que mais cresceram no século XX, pode apresentar, no século XXI, uma desindustrialização precoce, em meio à reprimarização e a uma ampla financeirização, além de exibir índices sociais e de violência tão nefastos, comparáveis aos mais elevados do mundo? Um caminho possível para refletir sobre as questões históricas do Brasil é a perspectiva de longo prazo, lendo a conjuntura a partir das estruturas. Em uma primeira aproximação, é possível observar, ao longo de quase meio século, o colapso da formação nacional, quando duas crises se plasmaram: a interna, do desenvolvimentismo, e a externa, do capitalismo. Os anos 1970, ao mesmo tempo em que inauguraram um novo padrão mundial de acumulação, marcado por amplas transformações financeiras, políticas, tecnológicas, ambientais e culturais, também deram origem a uma crise estrutural do capital que persiste até hoje[5]. O Brasil, que à época parecia avançar sua industrialização para as etapas finais de encadeamento produtivo, estava, em essência, preparando-se para o colapso de sua formação econômica — iniciada nos anos 1930.

Segundo Pedro Dutra da Fonseca e Adalmir Marquetti (2024), a trajetória econômica do Brasil, de 1930 a 2022, pode ser dividida em dois períodos distintos. De 1930 a 1980, vigorou o desenvolvimentismo, entendido como um projeto nacional de industrialização baseado na intervenção estatal, na substituição de importações e em um pacto político que articulava Estado, industriais e setores agrários. Esse modelo foi considerado "bem-sucedido", ao promover intensa industrialização e crescimento econômico. A partir dos anos 1980, iniciou-se a transição para uma era neoliberal e financeirizada, marcada pelo abandono do projeto nacional, pela abertura comercial e financeira, pela dominação do capital financeiro e pelo desmonte do Estado desenvolvimentista. O resultado foi um processo acelerado de desindustrialização, acompanhado de baixo crescimento econômico. Em chave analítica semelhante, Luiz Filgueiras (2025) observa que a passagem de um "desenvolvimentismo dependente" que, embora limitado, buscava alguma transformação estrutural, para um "neoliberalismo financeirizado", que consolida e aprofunda a inserção subordinada do Brasil na economia mundial, restringiu sobremaneira as possibilidades de definição de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Para Paulo Arantes (2021), esse longo processo, do desenvolvimentismo

(5) A categoria crise estrutural está discutida por diferentes enfoques em: Furtado (1974); Mészáros (2002); Carcanholo (2010); Wallerstein (2013); Roberts (2016); Corsi; Camargo; Santos (2018); Herrera (2015); Bacchi (2020); Prado (2022); e, Vieira (2021; 2023).

ao neoliberalismo, constitui uma "sintaxe da frustração", isto é, um padrão cíclico da história brasileira: um "recomeço contínuo", no qual promessas e esperanças são rapidamente seguidas por desilusões. O país viveria, assim, em um "estado de expectativa permanente", com burguesias sempre em atraso em relação às "revoluções industriais" e às "oportunidades globais". Cada "milagre" termina em crise, reforçando a percepção de que "o futuro nunca chega". De antiga promessa civilizatória, o Brasil converte-se em espelho da crise estrutural do capital, símbolo de uma modernidade periférica que combina "atraso e hiperconexão". Por fim, Thiago Canettieri (2023), em um tom mais pessimista ainda, afirma que o Brasil não está "rumo a" uma catástrofe; ele "é" a catástrofe. Sua formação histórica, sua inserção periférica no capitalismo e seus processos de modernização resultaram em uma "catástrofe constituinte", na qual desenvolvimento e destruição aparecem como faces de uma mesma dinâmica.

Essas interpretações manifestam-se empiricamente em diversos indicadores. No período entre 1930 e 1980, o crescimento médio do PIB girou em torno de 6% ao ano e, especialmente entre 1947 e 1980, alcançou 7,4% ao ano, segundo dados do IBGE (2019). Esse dinamismo refletia-se também na produtividade do trabalho, que avançou 4,1% ao ano entre 1950 e 1980. Nesse contexto, a participação do Brasil no PIB mundial atingiu cerca de 4% em 1980, e a indústria de transformação apresentava peso significativo tanto na produção quanto no emprego. A partir da década de 1980, contudo, o cenário se alterou. O crescimento médio caiu para 2,5% ao ano no período 1980–2022, segundo Fonseca e Marquetti (2024), e se reduziu ainda mais após a crise de 2007, alcançando apenas 0,9% ao ano entre 2010 e 2022. Essa desaceleração traduziu-se em perda de relevância internacional: a participação do Brasil no PIB mundial recuou para 2,3%, enquanto a indústria brasileira, que representava 2,8% da produção mundial em 1980, caiu para 1,2%. O impacto social foi profundo. Entre 2015 e 2020, 36,6 mil fábricas foram fechadas (uma média de 17 por dia) e, entre 2013 e 2020, foram destruídos 1,4 milhão de postos de trabalho industriais. A participação da indústria de transformação no emprego formal, que era de 20,7% em 1995, caiu para 14,1% em 2021 (IBGE, 2019; 2024a; Gomes; Cruz, 2023; Fonseca; Marquetti, 2024).

O papel do capital internacional na economia brasileira igualmente se intensificou de forma marcante nas últimas décadas, revelando um aprofundamento contemporâneo da dependência externa, cujas raízes remontam aos anos 1950 (Campos, 2026). O estoque de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que representava cerca de 20% do PIB em 2005, alcançou 42,5% em 2021 e já se aproxima de 50% (Banco Central do Brasil, 2026). A origem predominante desses capitais situa-se nos países da OCDE e na China, enquanto seus destinos concentram-se nos serviços financeiros, no comércio e em setores vinculados ao agronegócio e à mineração. No interior da indústria, os ramos mais internacionalizados incluem os setores automobilístico, aeroespacial, de alimentos e bebidas, eletroeletrônico, farmacêutico, digital, petroquímico e de telecomunicações, evidenciando como áreas estratégicas da produção nacional se encontram controlada pelo capital internacional. Esse processo também se expressa no aumento das remessas de rendas: entre as décadas de 1970 e 1980, a renda líquida enviada ao exterior cresceu de 1,4% para 4,1% do PIB (Campos, 2020; 2026; Banco Central do Brasil, 2022; Fonseca; Marquetti, 2024).

Igualmente inegável é o processo de reprimarização da economia brasileira, acompanhado pelo fortalecimento de sua estrutura fundiária, historicamente concentrada, no qual o agronegócio e os setores extrativos assumem centralidade tanto na inserção externa quanto na definição das políticas estatais (Oliveira, 1963; Hoffmann, 1978; Roncaglia, 2023; G1, 2025; AEB, 2026; Brasil, 2026).

Embora o PIB seja majoritariamente composto por serviços (cerca de 70%), seguido pela indústria (20%) e pela agropecuária (10%), a pauta exportadora revela forte dependência de *commodities*: cerca de 65% concentram-se em produtos primários ou de baixo valor agregado, liderados por petróleo bruto (13%–16%), soja (11%–16%) e minério de ferro (9%–11%), seguidos por açúcar, carne bovina, café, celulose e derivados de soja. O que evidencia uma "especialização regressiva" e uma vulnerabilidade às oscilações externas que remontam aos anos 1990, como nos ensinou Luciano Coutinho (1997). Isso contrasta com o peso ainda relevante da indústria, responsável por cerca de 15% dos empregos formais e 31% da arrecadação tributária, frente a apenas 3% dos empregos e 1,5% da arrecadação no setor agropecuário. Ainda assim, o agronegócio é amplamente favorecido (Roncaglia, 2023): recebe 13,5% dos benefícios fiscais e concentra a maior parte do crédito subsidiado (R$ 435 bilhões para a agropecuária voltada à exportação entre 2023 e 2024, contra R$ 73 bilhões para a agricultura familiar). Na ciência e tecnologia, a assimetria se repete: a Embrapa contou, em 2023, com cerca de R$ 3,7 bilhões e 2.500 pesquisadores, enquanto a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) recebeu R$ 1,1 bilhão. Esse poder também se impõe na estrutura fundiária: o índice de Gini da terra, já elevado em 1960 (0,84), atingiu 0,86 em 2023 (Oliveira, 1963; Hoffmann, 1978; AEB, 2026; Brasil, 2026). Cerca de 10% dos estabelecimentos concentram 75%–77% da área, enquanto a maioria dos pequenos produtores ocupa parcela reduzida. Mesmo com a população rural em torno de 25,6 milhões (12,6%), a questão agrária permanece estrutural. Na dimensão política, a Frente Parlamentar da Agropecuária reúne cerca de 353 parlamentares (aproximadamente 60% do Congresso), assegurando elevada influência sobre políticas públicas, orçamento, regulação e questões ecológicas.

O impacto ambiental do agronegócio brasileiro também pode ser constatado por dados alarmantes (Marques, 2023). Entre 1990 e 2017, o uso de agrotóxicos cresceu significativamente, revelando a intensificação de um modelo agrícola dependente de insumos químicos. No Brasil, o consumo por hectare saltou de 0,88 kg para 5,95 kg, um dos mais altos do mundo; na Argentina, passou de 0,95 kg para 4,88 kg; e, na China, de 5,87 kg para 13,07 kg por hectare. Mundialmente, 71,9 milhões de hectares de florestas tropicais foram destruídos por apenas sete *commodities* (2001–2015), com destaque para a pecuária bovina (45,1 milhões de hectares) e a soja (8,2 milhões, sendo 7,9 milhões na América do Sul), da qual mais de 80% é destinada à ração animal. No Brasil, o desmatamento na Amazônia entre 2018 e 2022 superou 50 mil km² — área maior que a do estado do Rio de Janeiro (43.696 km²) —, sendo que apenas 1% das propriedades rurais respondeu por 83% da devastação. A destruição atingiu também outros biomas: Pantanal, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, impulsionada pelo avanço do latifúndio voltado à exportação de grãos e proteína animal.

A financeirização também é impressionante e atinge o Brasil. Sua centralização é extrema no mundo, segundo Peter Phillips (2024): as dez maiores gestoras de ativos controlavam, em 2022, cerca de US$ 50 trilhões — quase metade do PIB mundial. Apenas 117 executivos ocupam cargos cruzados em conselhos e diretorias dessas empresas, articulando estratégias oligopolistas. Entre 2017 e 2022, os ativos sob gestão praticamente dobraram, passando de US$ 26,1 trilhões para US$ 49,4 trilhões. Destacam-se os fundos estadunidenses *BlackRock* (US$ 9 trilhões, com investimentos em tecnologia, energia, incluindo Petrobrás, e infraestrutura), *Vanguard Group* (US$ 7 trilhões, com forte presença em ETFs, tecnologia e saúde) e *State Street Global Advisors* (US$ 4 trilhões, atuando em ETFs e setores como alimentos, energia e tecnologia). Seus investimentos abrangem setores estratégicos e atividades como petróleo, carvão, tabaco, plástico, indústria bélica, jogos de apostas e privatização

de presídios. No Brasil, a centralização financeira é igualmente expressiva. Segundo Rodrigues (2023a), em um universo de 19,7 milhões de empresas ativas, apenas 0,03% concentram cerca de 70% do PIB. As 200 maiores corporações responderam, em 2019, por R$ 4,6 trilhões (quase o dobro do orçamento da União), e apenas 62 empresas (0,0004%) detêm 25% de toda a economia corporativa, com predominância nos setores de energia elétrica, finanças e saúde. Entre essas grandes corporações, há três estatais e 17 privadas, das quais nove são de capital estrangeiro. Um exemplo ilustrativo é o setor elétrico: a Eletrobrás tornou-se foco de interesse do capital privado, com destaque para o grupo *BRC Sarl*, sediado em Luxemburgo. Seus principais proprietários (Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto da Veiga Sicupira e Marcel Herrmann Telles) são os mesmos envolvidos nas fraudes das Lojas Americanas.

Uma economia dependente como a brasileira, cada vez mais dominada pelos negócios mercantis-financeiros, carrega também sua herança secular de segregação social e violência. No quarto trimestre de 2025, a taxa média de desemprego foi de 5,1% (IBGE, 2025) — a menor da série histórica. Todavia, os dados revelam um mercado de trabalho profundamente desigual: em 2025, cerca de 101,6 milhões de pessoas recebiam até dois salários-mínimos (70,8% das pessoas ocupadas com rendimentos), enquanto as pessoas desocupadas somavam 5,5 milhões de pessoas. As pessoas no trabalho por conta própria somavam 26,1 milhões (com ou sem CNPJ), evidenciando a predominância de ocupações precárias e mal remuneradas, com a expansão do trabalho informal e autônomo de baixa proteção social como regra. As desigualdades também se expressam por raça e gênero. Em média, a população negra recebe apenas 59,2% do rendimento da população branca. A informalidade incide de forma mais intensa sobre mulheres e negros: atinge 45,6% das mulheres negras e 45,5% dos homens negros, frente a 34,1% das mulheres brancas e 35,5% dos homens brancos.

Por outro lado, o Brasil continua entre os países com o maior contingente de trabalhadoras domésticas do mundo, evidenciando uma característica histórica e estrutural do seu mercado de trabalho. A elevada presença desse tipo de ocupação é expressão da profunda concentração de renda e riqueza, que permite a uma parcela restrita da população transferir para outras mulheres — majoritariamente negras e de baixa renda — as atividades domésticas e de cuidados. Assim, o trabalho doméstico remunerado expressa não apenas a persistência da divisão sexual e racial do trabalho, mas também um padrão de desenvolvimento marcado pela desigualdade, no qual o bem-estar das camadas de maior renda é sustentado pela oferta de trabalho barato e precário de mulheres em posição de maior vulnerabilidade social.

A catástrofe ocupacional reflete-se diretamente na desigualdade de renda e riqueza. O Brasil figura entre os países com maior concentração de riqueza no mundo: em 2022, o 1% mais rico detinha 48,5% do patrimônio nacional (UBS, 2022), frente a 41% na Índia, 34,3% nos Estados Unidos, 31,1% na China e 30% na Alemanha. Entre 2017 e 2022, segundo dados do Imposto de Renda (IRPF), os 0,01% mais ricos (cerca de 15 mil milionários) ampliaram sua renda em 96%, enquanto os 95% restantes registraram crescimento médio de apenas 33% — isto é, os mais ricos cresceram quase três vezes mais que a média nacional. Com outra metodologia, um estudo de 2023 identificou que o 1% mais rico passou a deter 63% da riqueza do país (OXFAM, 2024), um aumento de 14,5 pontos percentuais em relação a 2022, enquanto os 50% mais pobres concentram apenas 2% do patrimônio. A estrutura tributária regressiva aprofunda esse quadro: em 2021, a incidência efetiva concentrou-se em bens e serviços (44,02%) e salários (25,52%), enquanto a renda (23,92%), a propriedade (4,87%)

e, sobretudo, as transferências financeiras (1,67%) foram proporcionalmente menos tributadas. No mesmo ano, o 0,1% mais rico (cerca de 36 mil pessoas com rendimentos superiores a R$ 3,43 milhões anuais) concentrou R$ 251,4 bilhões em lucros e dividendos (45,2% do total nacional), integralmente isentos de tributação, reforçando a concentração de renda (Marcolino, 2023; UBS, 2023; GEFF, 2023; Maia; Nascimento, 2024; Gobetti, 2024; OXFAM, 2024; UNAFISCO Nacional, 2024).

A violência também é gritante no Brasil e revela como que a herança de mais de quatro séculos de passado escravocrata não se supera facilmente. Em comparação internacional, a taxa de homicídios (22 por 100 mil habitantes) é cerca de quatro vezes superior à média mundial (5 por 100 mil). Trata-se de uma violência profundamente racializada: pessoas negras têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio que não negras, desigualdade que aumentou 15,6% entre 2013 e 2023. A violência de gênero também é expressiva. Os registros de violência contra mulheres cresceram 24,4% entre 2022 e 2023, totalizando 275.275 casos no sistema de saúde, dos quais 64,3% ocorreram no âmbito doméstico. O Brasil registrou um total de 1.571 vítimas de feminicídio em 2025. As mulheres negras seguem como principais vítimas, representando 68,2% dos homicídios femininos (2.662 mortes em 2023). O lar permanece como o espaço mais perigoso, com reincidência em cerca de 55% dos casos. Para a população LGBTQIAPN+, os registros também avançaram: aumento de 35% contra homossexuais e bissexuais e de 43% contra pessoas trans entre 2022 e 2023. A juventude, que deveria sustentar um projeto nacional de desenvolvimento, é igualmente atingida: pessoas entre 15 e 29 anos representaram cerca de 47,8% das mais de 45 mil vítimas de homicídio em 2023. No trânsito, foram registradas 34.881 mortes em 2023, aumento de 2,9% em relação ao ano anterior. Por fim, o sistema policial e prisional também expressa esse legado histórico: em 2023, houve 6.393 mortes por intervenção policial, e, com cerca de 909.067 pessoas presas em 2024, o Brasil ocupa o terceiro lugar mundial em população carcerária, atrás apenas de EUA e China. Em termos relativos, a taxa é de cerca de 390 presos por 100 mil habitantes (2022), sendo 70% negros e pardos e 94,5% homens (ICPR, 2024; ABRAMET, 2025; IPEA, 2025).

Dessa forma, os dados que mostram a conjuntura socioeconômica contemporânea do país tornam-se indecifráveis sem a compreensão das estruturas que sustentam a dinâmica da formação brasileira. Nosso objetivo, a seguir, é introduzir algumas questões históricas e estruturais a partir de uma perspectiva de longa duração, nos termos de Caio Prado Jr. (2000). Para tanto, apresentamos, o desenvolvimento e a crise da industrialização brasileira no século XX. Em seguida, discutimos como a crise estrutural do capital se articula à própria crise da formação brasileira, cujos determinantes atravessam as últimas décadas e desaguam no século XXI. Por fim, mostraremos uma perspectiva de gênero e raça na formação brasileira, e, algumas considerações finais.

2 Industrialização

De modo geral, entre 1930 e 1964, predominou no Brasil um projeto desenvolvimentista orientado pela construção articulada de três dimensões: soberania, igualdade e democracia. Por meio de reformas estruturais no capitalismo brasileiro, buscava-se constituir um sistema econômico nacional dotado de autonomia relativa frente às economias centrais (Hamilton, 1934; List, 1983). O desafio consistia em desmantelar a herança mercantil da dependência externa, do subdesenvolvimento e do colonialismo cultural (Furtado, 1974), realizando, assim, um acerto de contas com o passado e viabilizando a construção de um capitalismo domesticado, orientado por valores modernos (Ianni, 1996; Mello; Novais, 2009).

Como forma de garantir autonomia relativa no capitalismo mundial, um sistema econômico nacional (SEN) pressupõe, segundo Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999), três condicionantes: i)- atenuar os efeitos da concorrência imperialista; ii)- submeter o ciclo do capital (investimento, produção e realização do valor) aos limites da economia nacional; iii)- e, socializar pela disputa política o excedente em benefício coletivo, no interior de uma determinada dinâmica da luta de classes. Para tanto, requer-se uma forte centralização estatal, bem como a constituição de padrões autônomos de financiamento e tecnológico, capazes de sustentar um processo de industrialização pesada.

Historicamente, as economias tardias que lograram esse feito tiveram de enfrentar suas especificidades, impondo reformas estruturais capazes de romper monopólios sociais de renda e riqueza, como as reformas agrária e tributária, frequentemente por meio de guerras, conflitos civis e revoluções. Ao consolidarem internamente essa transformação, projetaram externamente seu poder, assegurando acesso a recursos naturais, alimentos e mercados para a exportação de mercadorias e capitais. Delas emergem igualmente formas de controle neocolonial e mecanismos informais de dominação via comércio e finanças, que caracterizam o imperialismo como último e irreversível estágio do capitalismo (Lênin, 1979). EUA, Alemanha e Japão são exemplos de construção de economias nacionais relativamente autônomas, que romperam com a complementaridade em relação à hegemonia britânica. Não se limitaram a reproduzir o padrão inglês, mas o superaram por meio de guerras, reformas e revoluções. Tal como ocorreu com a Guerra Civil nos EUA (1861–1865), a Restauração Meiji no Japão (1868–1889) e o processo de unificação alemã sob Otto von Bismarck (1871–1890). Nesses casos, a indústria pesada foi o principal instrumento de superação de heranças históricas distintas: colonial (EUA), feudal (Alemanha) e pré-moderna (Japão) (Oliveira, 2003). Ao definir as bases do capital financeiro internacional (Hobson, 1983; Hilferding, 1985; Sabadini; Campos, 2021), essas revoluções burguesas tardias intensificaram conflitos, ampliaram a militarização do capitalismo e aprofundaram a exploração da força de trabalho. Não por acaso, essa quadra histórica foi marcada por grandes lutas sociais, como as Revoluções de 1848, a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917) e diversos processos de descolonização.

Diferentemente das formações nacionais autônomas, o Brasil origina-se de um passado colonial mercantil ibérico. Trata-se de uma sociedade ungida pela submissão externa, pela segregação social forjada na escravidão e pela ausência de um projeto nacional autônomo. Há, portanto, uma persistência de traços do passado colonial, existentes nas estruturas de poder, na mentalidade mercantil e na violência social. Essa anomia social, gestada na colônia, deu origem a uma burguesia típica no século XIX: especulativa, violenta e antinacional (Fernandes, 2006). Ainda que a crise do sistema colonial tenha integrado o Brasil ao capitalismo industrial mundial no século XIX, sua independência política não foi capaz de romper com a dependência econômica. Isso não implica subestimar as transformações socioeconômicas que a economia cafeeira desencadeou no período, como a diferenciação do mercado interno, o desenvolvimento urbano, bancário e ferroviário, a transição para o trabalho livre e o surgimento inicial da indústria leve. Contudo, tais mudanças ocorreram sem romper a subordinação à lógica imperialista (Prado Jr., 2021; Silva, 1976).

No início dos anos 1930, colocou-se, no Brasil, a possibilidade de superação da dependência e do subdesenvolvimento. Internamente, emergiu uma pressão nacional-popular modernizante, que desencadeou tensões sociais, políticas, culturais e estéticas, permitindo uma tentativa de descolonização efetiva. As contradições tornaram-se antagonismos abertos, prenunciando uma

"aurora" revolucionária: a revolução brasileira como possibilidade de emancipação (Campos, 2020). Ainda que determinada por um caráter elitista e protagonizada por vanguardas oligárquicas dissidentes e pelo tenentismo, a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, inscreveu-se nesse processo de busca por emancipação nacional (Lima Filho; Gennari; Campos, 2021). Externamente, o contexto de crise, guerra e revolução abriu espaço para que economias subdesenvolvidas, como a brasileira, alterassem sua estrutura produtiva, especialmente a partir dos anos 1930 (Cano, 2006). A industrialização, a formação de uma sociedade do trabalho e a emergência de um Estado nacionalista criaram as bases da ideologia do desenvolvimento. Nesse sentido, a questão nacional no Brasil relacionava-se mais à ruptura da universalidade liberal provocada pela Revolução Russa de 1917 do que às revoluções burguesas clássicas europeias ou às vias conservadoras, como a prussiana, distinguindo-se também da radicalização da experiência estadunidense expressa na Guerra Civil (Sodré, 1975).

A construção de um sistema econômico nacional (SEN) no Brasil seria possível? A questão nacional, e a expectativa de uma revolução brasileira capaz de realizar um acerto de contas com o passado, rompendo com as mazelas do subdesenvolvimento, superando a dependência externa e vertebrando um pensamento social crítico e democrático contra o "colonialismo cultural" (Furtado, 1974), colocava-se como uma incógnita. Tratava-se, em essência, da indagação formulada por Prado Jr. (2000): como seria possível construir uma civilização nacional a partir de um passado colonial de matriz ibérica, estruturado pelo "sentido da colonização", que nos manteve como vanguarda da barbárie? Em outras palavras, como poderia emergir uma nação a partir de um espaço colonial voltado à especialização mercantil, que engendrou uma organização social segregadora, na qual a escravidão constituiu não apenas um meio de produção voltado ao exterior, mas o próprio cerne da sociabilidade brasileira?

A chamada Era Vargas pode ser entendida como uma espécie de promessa. Em seu início, manteve a política de defesa da economia cafeeira, recorrendo, contudo, a medidas de inspiração keynesiana antes mesmo da *Teoria Geral* (1936), como a queima de estoques para conter a queda dos preços (Furtado, 1975). O Governo Provisório de Vargas ainda não dispunha de um projeto industrializante claramente definido, limitando-se à administração da crise e à reorganização do Estado. Os setores mais radicais da Aliança Liberal, especialmente o tenentismo, foram gradualmente afastados do poder, enquanto o próprio líder tenentista, Luiz Carlos Prestes, aderiu ao comunismo e liderou o levante de 1935 contra o regime. Mesmo após a vitória na Revolução Constitucionalista de 1932, Getúlio preservou uma composição política de caráter oligárquico que, como analisou Florestan Fernandes (2006), transmutou-se lentamente em uma ordem burguesa, sem romper com o passado agrário e conservador.

Ainda assim, Vargas inovou no planejamento estatal, especialmente a partir do Estado Novo. As reformas buscaram canalizar disputas regionais e de classe para um aparelho estatal corporativo e centralizador. A criação de órgãos como o DASP (1938), o IBGE (1936) e, posteriormente, a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) expressava a tentativa de organizar a economia de modo estratégico, conciliando diferentes setores produtivos em torno de um projeto nacional (Draibe, 1985). Essa concepção de planejamento perdurou até os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, influenciando também a ditadura após 1964. A centralização estatal, contudo, permaneceu limitada por duas forças: os interesses da burguesia brasileira e do capital internacional. A ação do Estado, por mais ambiciosa que fosse, não se autonomizava dessas determinações estruturais. Mesmo no Estado

Novo, de caráter ditatorial e nacionalista, Vargas conciliou com o imperialismo, recuando sempre que suas políticas ameaçavam a harmonia entre as burguesias interna e estrangeira (Sodré, 1997). A consciência da necessidade de implantar indústrias de base, que emergiu na segunda metade dos anos 1930, impulsionada por setores burocráticos e militares nacionalistas e por preocupações estratégicas, não foi suficiente para romper com a dependência externa (Bastos, 2001). Assim, o padrão de desenvolvimento da Era Vargas consolidou-se como uma modernização conservadora: o Estado ampliou seu papel na economia e promoveu a industrialização, mas manteve a subordinação estrutural ao capital internacional e à burguesia interna, unidas pela herança mercantil do passado (Paula, 2021).

Com o Governo Kubitschek, essa conciliação varguista foi substantivamente ampliada, impondo uma inflexão estratégica em favor de maior dependência ao capital internacional. Enquanto Vargas, mesmo conciliando com o imperialismo, buscava estruturar um capitalismo de Estado, no qual a empresa estatal ocuparia papel central, Kubitschek passou a adotar um desenvolvimentismo associado, permitindo que as empresas multinacionais se tornassem elementos-chave da estratégia de desenvolvimento[6]. Essa tendência se intensificaria após 1964. Foi inegável, contudo, a implantação da indústria pesada, mesmo diante do avanço da internacionalização produtiva. O Estado teve papel decisivo no planejamento econômico e na ampliação da infraestrutura, especialmente por meio de investimentos em indústrias de bens intermediários, respondendo por quase 50% da formação bruta de capital fixo no período (Lessa, 1981). Para alguns autores, esse processo pode ser interpretado como uma endogeneização do capital industrial, impulsionada pela implantação dos setores de bens de produção e de consumo capitalista (Tavares, 1998; Mello, 2009). Outros, porém, sustentam que a indústria pesada não logrou estabelecer uma dinâmica autorreferida, nem constituiu um novo padrão capaz de romper com o subdesenvolvimento (Prado Jr., 1966; 1985; Fernandes, 2006; Furtado, 1980).

De todo modo, a industrialização, a urbanização e o aumento da dependência externa aceleraram as contradições da formação econômica, tornando-as inconciliáveis. Em um raro momento da história brasileira, abriu-se a possibilidade de luta por reformas estruturais que, embora conhecidas como "Reformas de Base" do governo João Goulart, eram, na verdade, "da" base, pois prenunciavam, ainda que de forma embrionária, a revolução brasileira (Prado Jr., 1999; Lima Filho; Gennari; Campos, 2021). Estava em gestação, no interior de movimentos sociais em crescente organização, um complexo nacional-popular. Desde a década de 1950, intensificaram-se as lutas sociais no campo e nas cidades: as Ligas Camponesas e outros movimentos rurais reivindicavam a reforma agrária, enquanto as greves urbanas – organizadas por sindicatos com cada vez mais autonomia em relação ao Estado – se multiplicavam. Não se tratava de romper com o capitalismo, mas de reformá-lo estruturalmente, visando à superação do subdesenvolvimento. Sob essa pressão, foram aprovadas medidas como a Lei de Remessas de Lucros (1962) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), enquanto reformas educacional, urbana, eleitoral e tributária estavam na agenda para ser votadas. Essas forças começavam a se articular em torno de pautas comuns, apesar da heterogeneidade social que as compunha: trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, intelectuais, setores progressistas das igrejas, empresários não associados ao capital internacional, parcelas

(6) Alguns autores identificam a estratégia de desenvolvimento associada ao capital internacional de JK como uma continuidade de Getúlio, especialmente, o segundo governo, tais como Draibe (1985) e Bastos (2001). Nós defendemos que houve uma ruptura (Campos, 2017; 2026).

legalistas das Forças Armadas (especialmente de baixa patente) e segmentos médios da sociedade em geral.

O Golpe de 1964 transformou essa aurora em trevas: o ciclo aberto pela ditadura impôs os limites daquele projeto e revelou novas dinâmicas do capitalismo que emergiriam nos anos 1970, penetrando no país sem freios (Campos, 2020). A contrarrevolução permanente desencadeada pelo Golpe expressa a não ruptura com o passado, deixando marcas estruturais de longo prazo (Fernandes, 2006; 1997; Toledo, 1997). Nesse processo, consolidou-se um complexo multinacional que reagiu à ameaça de reformas estruturais voltadas a domesticar o capitalismo brasileiro (Lima Filho; Gennari; Campos, 2021). Sua base social, embora predominantemente burguesa, era heterogênea: articulava o empresariado nacional e internacional, setores militares (em grande maioria oficiais), classes médias e até lideranças sindicais e trabalhadores mais bem inseridos na estrutura industrial dinâmica.

Para cada área em que se projetavam reformas estruturais antes de 1964, instituiu-se uma contrarreforma correspondente. Assim, se antes se buscava controlar o sistema financeiro, as reformas do governo Castelo Branco, especialmente o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), promoveram uma primeira abertura financeira da economia brasileira, ao conectar o sistema financeiro nacional ao mercado de euromoedas, impulsionando o aumento vertiginoso da dívida externa (em valores correntes, de US$ 3,3 bilhões em 1964 para US$ 12,5 bilhões em 1973 e US$ 52 bilhões em 1979) (Cruz, 1995; 1999; Pereira, 1974; Furtado, 1983). Formava-se, assim, uma órbita financeira que, com a inflação das décadas seguintes, se converteria em novo espaço de valorização para a grande burguesia interna e internacional – algo que Luiz Gonzaga Belluzzo denominou para os anos 1980 de "ciranda financeira" (Belluzzo; Almeida, 2002). No lugar de uma reforma tributária que rompesse com o caráter regressivo, ocorreu sua modernização, dotando a União de instrumentos de política econômica mais eficazes, mas preservando um poderoso mecanismo de reprodução da desigualdade. No lugar da reforma agrária, o Estatuto da Terra (1964), ainda que tenha criado o INCRA em 1970 e definido a função social da propriedade, operou, na prática, como instrumento de expansão de negócios agrominerais, sobretudo na região Norte. A isso somaram-se a expansão do crédito e o investimento em pesquisa tecnológica, com destaque para a criação da Embrapa (1973), que impulsionaram uma agricultura voltada à exportação, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. De modo semelhante, a política habitacional, por meio do Sistema Financeiro da Habitação e do BNH (1964), ampliou a oferta de moradias, mas não enfrentou o déficit habitacional (estimado em cerca de 9 milhões de unidades à época), funcionando, em grande medida, como alavanca da especulação imobiliária para as classes médias e altas. No campo educacional, em vez de uma universalização com qualidade (pública e popular), como defendiam Anísio Teixeira, Paulo Freire e Darcy Ribeiro, implementou-se uma reforma que preservou o caráter elitista e reforçou a formação tecnocrática (Lei 5.692/1971, acordos MEC-USAID, criação do MOBRAL, introdução de disciplinas como Educação Moral e Cívica e a reforma universitária de 1968). Por fim, na dimensão estética, em lugar do aprofundamento das vanguardas dos anos 1960, consolidou-se a massificação da indústria cultural sob o controle de monopólios de comunicação estruturados durante a ditadura, como o grupo Globo, por exemplo.

Os pilares das contrarreformas desse período atravessaram as décadas e persistem na sociedade brasileira, inclusive após a Constituição de 1988. Ainda assim, tais mudanças institucionais não tinham caráter antidesenvolvimentista; ao contrário, viabilizavam o aparelho produtivo constituído no Plano de Metas. A industrialização continuou sendo o eixo em torno do qual se

organizavam os negócios da burguesia brasileira, em associação dependente com o capital internacional. Seu dinamismo atingiu o auge durante o "Milagre Econômico", com crescimento médio de 11,2% ao ano, embora tal desempenho também expressasse os limites intersetoriais de uma indústria pesada que não completara todos os ramos, principalmente, os de bens de capital (Mello; Belluzzo, 1998). O governo Geisel assumiu, nesse contexto, a tarefa de enfrentar esse desafio. A complexidade do período ditatorial é, portanto, significativa: a industrialização avançava em estágios decisivos de encadeamento produtivo, seguindo a rota inaugurada pelo varguismo, ao mesmo tempo em que, no final dos anos 1960, emergia um novo padrão mundial de acumulação. O que se convencionou chamar de revolução microeletrônica, mundialização ou financeirização — muitas vezes simplificada como "globalização" — já sinalizava o início de uma crise estrutural do capital, tema a ser desenvolvido adiante. O II PND insere-se nessa dupla condição: de um lado, aprofunda o processo de industrialização; de outro, articula-se às transformações produtivas e financeiras do capitalismo em rápida mutação. Internamente, o PAEG já havia viabilizado uma inserção precoce da economia brasileira na órbita financeira internacional, ao conectar a dinâmica da dívida interna ao financiamento externo via Euromercado.

O Governo Geisel buscou fortalecer a "perna fraca" do tripé desenvolvimentista, ou seja, a empresa privada nacional, com o objetivo de reduzir a dependência externa, transformando-a em fornecedora estratégica de bens de capital para as empresas estatais, inclusive por meio de *joint ventures* com capitais estrangeiros (Lessa, 1977; 1998). Contudo, a indústria de bens de capital já contava com expressiva participação do capital internacional, herança do modelo implantado no período Kubitschek. Além disso, o projeto subestimava a amplitude na mudança do padrão mundial de acumulação, determinada pela transição à mundialização financeira e pela reestruturação produtiva global (Chesnais, 1998; Paula, 2021). A crise internacional dos anos 1970 comprometeu a capacidade de financiamento e a continuidade da industrialização brasileira (Coutinho; Belluzzo, 1998). O endividamento externo cresceu rapidamente com o uso da liquidez do Euromercado, aprofundando a dependência. Nesse contexto, as empresas multinacionais adaptaram-se melhor às novas condições, ampliando seu domínio sobre o mercado interno. Embora o II PND tenha avançado na implantação de setores de bens de capital e intermediários, com casos emblemáticos como a aviação (Embraer) e a indústria de máquinas e equipamentos por encomenda, além de aprofundar a industrialização agromineral, a autonomia tecnológica não foi efetivamente alcançada. Ainda que tenha havido aumento na transferência de tecnologia, planejada por instituições como o INPI, sua difusão mostrou-se limitada. A tentativa de manter o planejamento estatal em meio ao aumento da dependência revelou-se inviável: o capital internacional saiu fortalecido, enquanto o setor estatal e a indústria nacional, em muitos ramos, se enfraqueceram (Campos, 2026; Rodrigues, 2023). O Brasil manteve-se na periferia do sistema capitalista mundial, expressando o "desenvolvimento desigual e combinado" das economias dependentes. O Governo Geisel encerrou-se, assim, marcado pela megalomania desenvolvimentista e pela reprodução do subdesenvolvimento sob novas formas de dependência. É necessário entender este desfecho trágico de Geisel também à luz da crise estrutural do capital.

3 Crise estrutural do capital

Em seu desenvolvimento histórico, os processos de concentração e centralização do capital, e suas correspondentes tendências à monopolização, agravam as crises. Com efeito, a crise de 1873,

engendrada por um capitalismo já plenamente constituído, que se espraiava desde a Inglaterra, foi mais grave e mais geral que as crises precedentes. Tratava-se mais de uma depressão dos preços e das taxas de lucros que propriamente de uma estagnação da produção (Hobsbawm, 1988b). De todo o modo, a saída expansiva que permitiu sua superação envolveu, não propriamente a extensão da mesma estrutura técnica a partir de suas velhas bases, mas sua revolução, nos campos da energia elétrica, da siderurgia, da química, do petróleo, do motor a combustão interna. O crescimento das escalas de produção subjacentes à nova técnica pressupunha e exigia uma potencialização dos processos de concentração e centralização e, pois, o desenvolvimento das formas financeiras do capital – do capital bancário e do capital financeiro propriamente dito –, tudo isso organizado sob uma nova estruturação dos mercados, progressivamente monopolizados, e novas relações entre o capital e o Estado. Embora não tivesse visto seu desfecho, Marx pôde captar as tendências concernentes à contradição basilar entre a socialização da produção e o caráter privado da propriedade. No entanto, um ponto não plenamente contemplado na obra de Marx – a não ser nas sugestões genéricas em torno das forças contrarrestantes da queda da taxa de lucro –, e que seria examinado exaustivamente, sob diferentes ângulos, pela cultura marxista posterior, foram os poderosos mecanismos de superação das contradições e, pois, da crise por meio da expansão dos mercados ou da exportação de capitais, em sua forma imperialista (Lênin, 1979; Luxemburgo, 1985; Hilferding, 1985; Bukharin, 1984).

Nessa nova quadra histórica, a monopolização do capital viria comprometer definitivamente os eventuais mecanismos corretivos próprios de um regime de livre concorrência – o ressurgimento do protecionismo foi seu índice primeiro. O poder das estruturas oligopólicas sobre os mercados lhes permitia atravessar conjunturas de crise sem necessariamente digerir plenamente a superprodução de capital. A forma financeira desse capital, ademais, lhes colocava à disposição um conjunto de "maquinações" em que a valorização do capital sob formas fictícias se autonomizava de sua base material – tal como Marx houvera esboçado no exame de seus estágios ainda embrionários, no Livro III (Marx, 1988). O capitalismo monopolista tenderá, portanto, a potencializar as crises do capital: "(...) o monopólio que se cria em *certos* ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de *todo* o sistema (...). E as crises – as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas – aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio" (Lênin, 1979, p. 596).

Não por outra razão, a crise que marca o período entre as guerras se afigura como mais violenta que o episódio precedente de 1873. Durante todo o período, a produção cresceu em média 0,8% e a produção industrial caiu a menos da metade do quartel precedente; o comércio mundial estancou. Seu epicentro, 1929, marca um declínio em todos os níveis: o comércio mundial caiu 60% e os fluxos de capitais 90%. O desemprego na Europa ultrapassava cifras de 20% ou 30%, superando os 40% na Alemanha, às vésperas do nazismo (Hobsbawm, 1995).

Porquanto a guerra – e não somente as políticas reformistas de sustentação da demanda efetiva – tivesse destruído violentamente a superprodução, o capital pôde encontrar, no período subsequente, uma nova saída expansiva, em patamares mais elevados de concentração e centralização. No entanto, não obstante o arranjo reformista ter consolidado um caráter democrático à conjuntura expansiva naqueles espaços muito restritos das economias centrais – este caráter, produto das condições muito especificas de avanço da revolução socialista –, o crescimento do pós-guerra se consubstanciou, para a maior parte dos povos, num agravamento da violência constitutiva das

contradições do capital – a crise latente mesmo nas conjunturas de expansão –, de que as ditaduras da América Latina são um exemplo mais próximo. O século XX foi dos mais assassinos da história: estima-se mais de 110 milhões de mortos, as guerras visando, agora, alvos civis. De 1945 ao fim do século, foram cerca de 160 conflitos, sobretudo na periferia, que somam cerca de 40 milhões de mortos, entre os quais, 30 milhões de civis, entre os quais, dois milhões de crianças. O século se encerrou com 50 conflitos armados e cerca de 40 milhões de refugiados (Sader, 2000). A história do século XXI, como se sabe, não é menos sanguinária. O estudo "How death outlives war: the reverberating impact of the post 9/11 on human health" do Watson Institute for International and Public Affairs da Brown University sustenta que somente nas guerras chamadas "contra o terror" posteriores ao 11/09, no Afeganistão, Paquistão, Iraque, Síria, Yemen, Líbia e Somália, o número de pessoas mortas, seja, diretamente, nos conflitos, seja, indiretamente, por seus efeitos posteriores sobre a estrutura econômica, insegurança alimentar, destruição dos serviços públicos, particularmente de saúde, contaminação do meio ambiente, violência e traumas, supera a cifra de 4,5 milhões de pessoas. Isso exclui o genocídio palestino... Desnecessário dizer que nenhuma dessas guerras em nome da democracia produziu regimes democráticos. Esse quadro revela que a dinâmica contraditória por meio da qual o capital se move não se reduz a um jogo de variáveis estritamente econômicas, ao nível de relações de mercado, mas se traduz numa agudização da violência e da tirania em todos os níveis, o que confere à miséria humana própria desse modo de produção, cada vez mais, uma feição de barbárie.

Com efeito, sob níveis progressivamente mais elevados de concentração e centralização do capital, num regime de monopólios e de neocolonialismo, a concorrência entre grandes blocos de capital não pode ser simplesmente mediada por um sistema de preços nos marcos de uma suposta esfera social estritamente econômica separada e regulada pelo contrato. A concorrência se converte em guerra. Weber havia proposto uma distinção entre "capitalismo antigo" e "capitalismo moderno". O "antigo", referido a uma realidade própria da "acumulação primitiva", em que comércio e violência direta não se diferenciavam; o "moderno", referido à separação entre as esferas da política e da economia, esta, referida ao mundo do contrato, despojada de toda a coerção direta (Weber, 1968). Ora, no capitalismo da concorrência entre grandes blocos monopolistas essa distinção se diluiu. A concorrência extrapolou a esfera da economia, do contrato, e se converteu em guerra por espaços à exportação de capital, fontes de matérias-primas, mercados etc. Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo monopolista potencializava a tendência à crise, também criava formas violentas para sua superação, por meio de uma elevação da concorrência, agora, ao nível da guerra, esta, também, um mecanismo de destruição da superprodução. De resto, por caminhos diferentes relacionados a uma leitura própria dos esquemas de reprodução, foi Rosa Luxemburgo quem ofereceu um tratamento específico ao militarismo, procurando demonstrar formalmente que este se tornara um campo propício, embora estruturalmente insuficiente, para se equacionar o problema da realização (Luxemburgo, 1985). Por ora, basta observar que, sim, trata-se de um campo fértil para a expansão do capital sobre a sustentação firme do Estado, peça central para o encadeamento da concorrência entre monopólios.

Posto que a crise do período entre as guerras – a própria guerra, em particular – houvesse promovido uma destruição correspondente à magnitude da superprodução que engendrara a própria crise, e os arranjos institucionais houvessem criado condições para a retomada do processo de acumulação num quadro de relativa estabilidade, de fato, o capitalismo encontrou, no pós-guerra,

uma saída expansiva, uma possibilidade de deslocar para frente suas contradições. O crescimento substantivo desse período em contraste com a crise precedente revela o êxito desse tipo de resposta às contradições que caracterizavam uma época de movimentos cíclicos mais bem definidos. No entanto, pela própria natureza do processo, as mesmas contradições empurradas então para frente não tardariam a emergir novamente à superfície, agora recrudescidas. Na dinâmica das oscilações cíclicas, a crise da década de 1970 exprime uma espécie de contraface do crescimento intenso do pós-guerra. Enquanto o movimento expansivo seguisse seu curso nas décadas de 1950 e 1960, os elementos contraditórios constitutivos do processo permaneceriam obnubilados. O desenvolvimento da estrutura técnica não havia rompido os padrões de acumulação, tanto quanto o crescimento expressivo atenuava as tendências ao desemprego estrutural; a transnacionalização do capital não havia ainda destroçado os sistemas econômicos nacionais – e mesmo para aqueles em formação, as sinergias com o mercado interno criavam ilusões quanto ao seu caráter supostamente construtivo –; os problemas ecológicos não estavam em pauta.

O crescimento da economia mundial, que na década de 1960 oscila entre taxas anuais de 3,8% e 6,6% - registrando somente um ano com um índice abaixo de 4% -, nas décadas seguintes oscila, no mais das vezes, entre zero e 4,5% - registrando uma cifra negativa na sequência da crise de 2008 (Banco Mundial, 2026). No centro do capitalismo desenvolvido, com raras exceções, a média do crescimento anual não se situava, no pós-guerra, abaixo dos 5%, elevando-se acima dos 10% no caso do Japão e da Alemanha da década de 1950. Na década de 1970 são raros os anos em que se supera a taxa dos 5%, havendo períodos com taxas negativas (Mazzucchelli, 2013). O desemprego na Europa Ocidental, que na década de 1960 registrou uma média de 1,5%, na década de 1970 era de 4,2%; na década de 1980, de 9,2%; e em princípios da década de 1990, de 11% - entre os jovens, particularmente, as cifras são maiores. A desigualdade e a miséria cresceram. Na década de 1990, o peso do PIB dos países mais pobres em relação ao produto dos países ricos caiu de 9% para 5% - em 1960, o PIB *per capita* da África subsaariana representava 14% da cifra dos países industrializados; em 1987, representava 8% (Hobsbawm, 1995).

No entanto, a passagem à década de 1970, vista à luz de seus desdobramentos posteriores, parece demarcar um limiar mais grave que o da mera reversão cíclica. O processo de desenvolvimento do capitalismo atingiu, como resultado mesmo da própria expansão do pós-guerra, um paroxismo tal que os encadeamentos entre a crise e sua superação, os deslocamentos para frente das contradições constitutivas tendem a perder eficácia na mesma medida em que os breves espasmos de crescimento que, de resto, não são suficientes para conformar soluções consistentes, não podem ocorrer sem que se reponham imediatamente os fatores da própria crise. O jogo entre a destruição de superprodução e a posterior expansão, característico dos ciclos – que poderia bem ser descrito como um processo de "destruição criadora" – se rompe, na mesma medida em que, sob o paroxismo do capitalismo, sob uma aceleração da *tirania capitalista do tempo* – expressão de Mészáros –, cada passo da expansão já põe imediatamente em causa seu vetor destrutivo. Tudo se passa como se a destruição criadora tivesse dado lugar a uma *criação destrutiva*. Desde logo, a alternância dos movimentos cíclicos parece ter dado lugar a uma espécie de crise crônica, de uma superprodução e sobreacumulação permanentes que não podem ser digeridas. A elevação da composição orgânica com o corolário da redundância do trabalho – sob o paroxismo do capital, tirania do tempo – converte-se em desemprego crônico e precarização, levando a uma verdadeira devastação das relações sociais básicas. A concorrência, tornada guerra, encontra seu paroxismo na centralidade do complexo militar-industrial – fonte do

desenvolvimento de uma produção que visa à destruição. O desenvolvimento de forças produtivas – que, de resto, criam novas necessidades de consumo regidas pelo supérfluo e por padrões de obsolescência programada – sob o paroxismo, tirania do tempo, converte-se no desenvolvimento de forças destrutivas do substrato natural da vida. Na crise estrutural, a saída expansiva põe, imediatamente, limites que tendem a se tornar intransponíveis (Mészáros, 2002). Vejamos.

Como se sabe, para Marx, a redundância do trabalho consistia não somente numa tendência própria da dinâmica contraditória que, no jogo entre elevações da composição orgânica e expansões horizontais das novas técnicas, permitia regular as taxas de lucro segundo as necessidades do próprio capital, no curso de seus ciclos. Ela revelava, na verdade, ao mesmo tempo, o limite histórico das formas sociais fundadas na mercadoria, no dinheiro e no próprio capital. A crise do capital, como paroxismo de seu próprio desenvolvimento, criou um quadro em que os movimentos cíclicos de expulsão e posterior reabsorção da superpopulação relativa produziriam uma nova morfologia no mundo do trabalho. Ao nível das estruturas, pode-se observar que os profundos desenvolvimentos da estrutura técnica e seu corolário de elevação da composição orgânica do capital atingiram um patamar tal que a redução relativa do capital variável e a redundância do trabalho significaram uma tendência ao desemprego estrutural tecnológico crônico que se manifestou numa diminuição substancial do velho operariado fabril clássico.

É certo que, historicamente, a redundância do trabalho não foi um resultado unívoco do progresso técnico. Tanto quanto os contingentes expulsos do campo entre os séculos XVIII e XX puderam encontrar ocupações nas indústrias, ou os trabalhadores expulsos da indústria puderam, no século XX, encontrar empregos no setor de serviços, também a expansão horizontal da economia reabsorvia contingentes expressivos, enquanto a tecnologia também criava novos empregos. No pós-guerra, o progresso técnico, em grande medida baseado na estrutura da Segunda Revolução Industrial, se concentrou na engenharia mecânica, química e aeroespacial. Porquanto a elevação da produtividade fosse seguida, no centro do sistema, de uma elevação dos salários, isso significava não somente a criação e generalização do consumo de novos produtos, mas a conversão de antigos gêneros de luxo em itens do consumo de massas (Hobsbawm, 1995). A partir da década de 1980, o progresso técnico se reorienta na direção da tecnologia da informação. Desde logo, isso significou a erosão de parte dos empregos de menor qualificação e a valorização daqueles que podiam se vincular à nova técnica. Nos anos 1990, o salto tecnológico da informação criou uma miríade de novo postos, embora já se observasse uma tendência de que a tecnologia fosse seguida de uma redução do peso do trabalho no conjunto da renda (Ford, 2019).

No nível fenomênico, a reestruturação produtiva das décadas de 1970 e 80 que marcam o declínio do fordismo e taylorismo, bem como a emergência de novas formas de organização da produção, em particular o Toyotismo, foram respostas à queda das taxas de lucro, produzidas pela própria expansão do pós-guerra, que resultaram em transformações significativas no mundo do trabalho. À tendência estrutural de elevação da composição orgânica, de substituição de trabalho vivo por trabalho morto, se vincularam os diversos processos de racionalização dos processos produtivos sumarizados no fenômeno da "acumulação flexível". Isso correspondeu à substituição do trabalho regular por regimes de trabalho parcial, temporário, subcontratado ou terceirizado (Harvey, 1996). De outro lado, porquanto as pressões sobre o capital levaram também a um reordenamento da divisão internacional do trabalho, com o deslocamento de parques industriais inteiros, a corrosão do mundo do trabalho foi particularmente grave nos países periféricos de industrialização mais recente, como

no caso de países da América Latina, que viram, no curso das últimas décadas, avançarem os processos de desindustrialização e reprimarização. Nessas economias, os setores agrário-extrativistas – marcados também por um profundo desenvolvimento técnico – oferecem efeitos multiplicadores de emprego reduzidos em comparação com os sistemas industriais.

O que temos é, na verdade, não o fim do trabalho como poderia concluir um tratamento unilateral das tendências de elevação da composição orgânica, mas uma nova morfologia do trabalho, por vezes contraditória, que nega e reafirma o trabalho vivo, mas que, enfim, corresponde a uma verdadeira devastação da sociedade salarial, com uma gigantesca erosão das condições de vida dos trabalhadores. Pode ser paradoxal que, a princípio, o paroxismo da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto tivesse representado uma elevação dos contingentes que vivem da venda da força de trabalho. A transição do fordismo e taylorismo aos regimes de acumulação flexível significou uma redução do proletariado industrial fabril clássico, empregados em funções especializadas, sob uma estrita divisão técnica do trabalho, com contratos relativamente estáveis e direitos trabalhistas mais ou menos consolidados, conforme o caso. Ao mesmo tempo, significou uma elevação do trabalho precarizado em suas diversas formas. O trabalho informal que, nos países centrais, era típico de imigrantes, muitas vezes ilegais, hoje se estende a parte substancial do conjunto dos trabalhadores. Essas mutações no trabalho industrial foram acompanhadas de uma elevação do trabalho no setor de serviços, às vezes qualificado e com salários médios. No entanto, se é certo que esse setor pôde, em alguma medida, absorver contingentes expulsos da indústria, também é certo que o mesmo setor de serviços também tem passado por transformações análogas no que concerne à substituição do trabalho por novas tecnologias, bem como por reestruturações produtivas. As eliminações substanciais de trabalhadores no ramo bancário ou das redes de *fast-food* constituem exemplos agudos. Tal tendência deverá se aprofundar conforme avance a introdução das novas formas de inteligência artificial.

Essa devastação está na raiz da reversão da relação entre produtividade e salários, que, no mundo desenvolvido do pós-guerra, eram mais ou menos diretamente proporcionais e, a partir da década de 1970, se tornam divergentes. Isso se reflete, desde então, na elevação das disparidades entre o peso relativo das remunerações do capital e do trabalho, o que, progressivamente, afeta também as classes médias. O declínio do emprego se consubstancia numa devastação do mundo do trabalho em estágio avançado de precarização. E tudo isso se reflete no aumento das desigualdades.

Dados recente da OIT (2025) demonstram que o movimento do emprego no mundo, mesmo nos casos em que se registram elevações compatíveis com o crescimento econômico, em geral muito baixo, e da própria força de trabalho, não é suficiente para superar o quadro geral de precarização. Nessa década, em comparação com a década precedente, o nível de crescimento do emprego formal caiu, ao passo que o do emprego informal cresceu. A massa de salários reais sofreu uma erosão – em parte agravada pelo episódio da pandemia – em relação à qual, em que pese uma recente trajetória de elevação, não houve recuperação. O quadro se agrava quando se considera contingentes de jovens, mulheres e idosos. Mais da metade da força de trabalho no mundo permanece à margem de arranjos de seguridade social adequados e a informalidade atinge cerca de três quintos da força de trabalho mundial. Posto que o fenômeno da precarização é também expressão do desenvolvimento desigual, cumpre observar que a informalidade atinge, na África, mais 80% da força de trabalho; na Ásia e no Pacífico, mais de 65%; na América Latina e Caribe, mais de 50% - o mesmo para os Estados Árabes. Um quinto dos trabalhadores do mundo se situa abaixo das linhas de pobreza moderada e extrema (OIT, 2025). As expectativas em relação ao futuro são bastante incertas. Um relatório do FMI (2023)

sustenta que o avanço das tecnologias de inteligência artificial será devastador mesmo para os empregos de maior qualificação das classes médias e remediadas. Cerca de 40% dos empregos poderão ser afetados – 60% nas economias centrais –, o que deverá produzir um agravamento da concentração da renda (FMI, 2023).

Na América Latina e Caribe, o desemprego também permaneceu praticamente inalterado em 6,2% em 2024, o mesmo patamar observado em 2023, correspondendo a aproximadamente 20 milhões de pessoas em busca de trabalho. Entre os jovens, a taxa de desemprego atingiu 13,6%, valor inferior ao pico de 21,1% registrado em 2020, durante a pandemia da COVID-19. Entretanto, as desigualdades de gênero persistem: a taxa de desemprego entre as mulheres jovens alcançou 16,4%, frente a 11,6% entre os homens jovens. Soma-se a isso o elevado contingente de jovens que não estudam, não trabalham e não participam de programas de educação ou qualificação (NEET), condição que atinge cerca de 20% da juventude da região e aproximadamente 26% das mulheres jovens (OIT, 2025).

Entre 2014 e 2024, a produtividade do trabalho na região apresentou crescimento médio anual de -0,4%, o segundo pior desempenho entre todas as regiões do mundo, superando apenas os Estados Árabes (-0,9% ao ano). Segundo a OIT (2025), esse resultado está diretamente relacionado ao fato de que a geração de empregos continua sendo impulsionada principalmente por pequenas empresas informais, especialmente no setor de serviços, que apresentam reduzida capacidade de investimento, inovação tecnológica e incorporação de ganhos de escala, limitando o crescimento sustentado da produtividade, da renda e da competitividade da região.

Nesse quadro, o mundo do trabalho torna-se heterogêneo e complexo. No campo do que Marx definiu como "trabalho produtivo", como o trabalho que produz diretamente mais-valia, a amplificação das tensões entre trabalho vivo e trabalho morto corresponde a uma ampliação relativa do trabalho imaterial, que se pode identificar com o "intelecto geral", também nos termos de Marx, ligado à produção do desenvolvimento tecnológico propriamente dito. Noutro polo, o crescimento do trabalho precarizado se dá principalmente nos setores definidos como "improdutivos", que não produzem diretamente valor – embora, no conjunto, possam contribuir indiretamente para a reprodução do sistema. Esse problema, no entanto, é mais complexo porquanto se considere que os avanços técnicos também criaram espaços de imbricação que esfumaçam as clivagens tradicionais entre trabalho produtivo e improdutivo na medida em que a produção de mais-valia captura também um conjunto de serviços outrora excluídos de seu domínio, a exemplo dos serviços geridos por plataformas (Antunes, 1995; 2000; 2005).

Diante desse conjunto de transformações, no quadro da crise estrutural do capital, pode-se destacar três problemas fundamentais.

De um lado, os nexos entre a dinâmica do capitalismo e a reprodução das classes sociais fundamentais portadoras de capital e trabalho, descritos por Marx a propósito da *lei geral da acumulação*, se dissolvem continuamente, sem que as saídas expansivas possam constituir uma solução mesmo que temporária para o problema – ao contrário, agravam-no. Se a redundância do trabalho não significa, de forma unilateral, o seu desaparecimento, a combinação entre desemprego estrutural e precarização produz um quadro contraditório em que a elevação da produtividade do trabalho corresponde a uma tendência à elevação das jornadas de trabalho e a um empobrecimento dos trabalhadores, sob a disseminação das mais variadas formas de mais-valia absoluta. No plano da

economia política, se dissolvem os nexos entre a elevação da produtividade e a elevação das rendas do trabalho e, pois, do consumo. Naturalmente, tudo isso tem consequências decisivas sobre a taxa de lucro, sobre as tendências à hipertrofia das maquinações financeiras, nas quais o capital fictício se autonomiza em relação à produção, e comprometerá, cada vez mais, por fim, os nexos de sociabilidade fundados na mercadoria. Vale dizer, portanto, que, no avanço da acumulação capitalista, qualquer saída expansiva para a crise estará inexoravelmente associada a uma progressiva desagregação do tecido social.

De outro lado, os nexos entre a reprodução do mundo do trabalho e a luta de classes encerram um paradoxo novo. A esfera do trabalho produtivo, diretamente ligado à produção da mais-valia, e, portanto, central na luta contra o capital, tende a ser cada vez mais composto por um estrato diferenciado portador do trabalho imaterial e, que, no quadro geral de precarização, tende a ocupar uma posição relativamente privilegiada – o que pode corresponder a uma posição política mais conservadora. Ao passo que os estratos mais precarizados, mais empobrecidos, e que, nesse sentido, poderiam tender à revolta social, compreendem, em grande medida, trabalhadores do setor improdutivo (Antunes, 1995; 2000; 2005). No entanto, essas mesmas transformações estão na base da corrosão das formas políticas tradicionais de luta dos trabalhadores – sindicatos e partidos socialistas e comunistas – o que conduz a um quadro complexo em que as condições de vida das classes trabalhadoras se degradam ao mesmo tempo em que sua capacidade de resistência, embora jamais desapareça, parece refluir.

Quanto ao polo do capital, Marx demonstrou que, sendo resultado da elevação da composição orgânica, a redundância do trabalho tem como contrapartida o recrudescimento das tendências à centralização e concentração capitalistas. Suas consequências básicas, como vimos, foram devidamente captadas em princípios do século XX por críticas como as de Hilferding e Lênin, que sublinhavam as mudanças qualitativas relativas ao domínio dos monopólios e, como seu corolário, as metamorfoses no sentido do predomínio da forma financeira do capital. Se, como vimos, sob o monopólio e o capital financeiro, a concorrência se transformava em violência direta – colonialismo, opressão nacional e guerra, no limite –, ao mesmo tempo, como demonstrou Rosa Luxemburgo, por caminhos diferentes, o militarismo se tornava cada vez mais um elo decisivo da acumulação capitalista. Esta foi, em parte, a história do pós-guerra em que, os trinta anos "não tão gloriosos" produziram uma hipertrofia do complexo militar-industrial estadunidense, com sua coleção de guerras ao redor do mundo, tudo isso coroado pela bomba atômica. No capitalismo contemporâneo, sob uma superprodução permanente e num quadro em que as forças produtivas se tornam progressivamente destrutivas, não admira que este vetor da acumulação capitalista ocupe uma posição central. Se a superprodução do século XX trazia contida em si toda violência que explodiu nas duas guerras mundiais, é possível deduzir o nível de violência que está contido na crise contemporânea, fruto da solução expansiva do período precedente, que empurrara para frente – para hoje – as mesmas contradições, agora potencializadas. No entanto, uma guerra mundial daquela magnitude, a mobilizar todo o arsenal nuclear herdado dos anos gloriosos, representaria nada menos que a liquidação da espécie humana. Nesse quadro, a violência vai sendo ministrada em doses relativamente modestas – relatividade que, evidentemente, não atenua todo o sofrimento humano que produzem –, sem que sejam suficientes para digerir toda a superprodução. Daí também uma situação de guerras localizadas e pulverizadas, sobretudo nas periferias do capitalismo, que não são mais que mecanismos de

administração da crise permanente e que, de resto, consistem, elas próprias, em formas de governo de populações descartadas da acumulação capitalista (Arantes, 2014).

Visto o problema desde seu epicentro, é ilustrativo voltar à história para observar que os Estados Unidos estiveram praticamente todo o tempo envolvidos em guerras. De princípios do século XIX à Segunda Guerra o dispêndio médio de seu Estado com gastos militares foi 54% do orçamento - em metade das décadas chegou a 70%. Deste ponto vista, parece imprópria a expressão "pós-guerra", para referir-se às décadas que se seguiram a 1945. O período marcado pela consolidação da hegemonia estadunidense, em que a política externa dos Estados Unidos se volta ao duplo objetivo de contenção da revolução socialista e de ocupação do vácuo deixado pelas descolonizações dos velhos impérios europeus, registra uma elevação sem precedentes dos gastos militares. Nas vésperas da Segunda Guerra, em 1937, o dispêndio militar somado das potências envolvidas no conflito (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, União Soviética e Japão) era 25 dólares *per capita* – a Alemanha nazista superava as demais com cerca de 59 dólares. Mas, nas vésperas da Guerra do Vietnã, os gastos estadunidenses já chegavam, a preços deflacionados de 1937, a 102 dólares; em 1968, 132 dólares. Harry Magdoff atribuiu esse fenômeno não somente ao progresso técnico da indústria bélica e à guerra fria contra o bloco socialista, mas ao custo de se manter uma rede imperialista sem um colonialismo formal, o que envolvia a manutenção de centenas de bases por todo o mundo e a presença efetiva, em diversos países, de um contingente de mais de um milhão e meio de soldados. A ajuda militar estadunidense desde o pós-guerra foi se ampliando, atingindo um número cada vez maior de países e somando bilhões de dólares – que, canalizados, em parte, para compras junto à própria indústria armamentista estadunidense, contribuíam para robustecer o então periclitante balanço pagamentos do país hegemônico. Mais que isso, a considerar a quantidade de empregos que o complexo militar-industrial criava na década de 1960 em contraste com o nível do desemprego da época precedente, e a considerar também seus efeitos multiplicadores, é possível sugerir que, sem esse complexo, o desemprego nos Estados Unidos do pós-guerra corresponderia ao da década de 1930, no vórtice da depressão (Magdoff, 1979). Daí a importância dos nexos entre militarismo e acumulação capitalista na sustentação da saída expansiva do capitalismo do, digamos... "pós-guerra". Do mesmo modo, a expansão do militarismo, sustentada por uma demanda estatal, foi fundamental para promover setores produtores de meios de produção e de pesquisa e desenvolvimento (Magdoff, 1979).

As transformações das décadas de 1980 e 1990 levaram a um entrelaçamento estreito entre o complexo militar-industrial e a alta finança, em que fundos financeiros passam a controlar, mais que em outros setores, as empresas. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo vigoroso de centralização de capital, por meio de fusões e aquisições que constituíram grupos gigantescos. O lastro desses negócios viria se consolidar com o 11 de setembro, com a formulação da nova doutrina de segurança dos Estados Unidos, que ampliou o arco do que se considerava segurança nacional e seu espaço vital, admitindo mesmo a guerra preventiva. Na esteira das guerras contra o Afeganistão e o Iraque, vão se soldando laços entre uma política de guerras permanentes sem limites e o sistema financeiro (Mampaey; Serfati, 2005). No entanto, o quadro se tornará mais grave. A política de guerra sem fim de um império que se pretendia hegemônico se chocará, mais cedo ou mais tarde, contra deslocamentos estruturais. Ao contrário da miragem perseguida por Kautsky de uma tendência à dominância de um monopólio grande o suficiente para congregar em si todo o capital e diluir os conflitos nacionais, o capitalismo contemporâneo atesta a resposta de Lênin, segundo a qual, à parte

a coerência lógica de um raciocínio meramente formal, as desigualdades permanentes no desenvolvimento capitalista iriam provocar historicamente choques incontornáveis no centro do sistema. Se o fim da guerra fria não trouxe a paz, mas a política de guerra sem fim do império, da qual fazia parte não somente a manutenção, mas a expansão da OTAN, mesmo sobre os escombros da União Soviética, resta saber se, diante dos conflitos atuais que envolvem diretamente a Rússia, a Europa Ocidental, os Estados Unidos e, indiretamente, a China, os limites dos conflitos de baixa intensidade serão transpostos e se a guerra de fato arrebentará numa catástrofe nuclear.

De resto, por fim, paira sobre o planeta o espectro do colapso ecológico.

O problema da elevação da composição orgânica não se esgota na relação entre capital e trabalho e na tendência à concentração e centralização do capital. Com efeito, Marx demonstrou nos *Grundrisse* que "o desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital" (Marx, 2011, p. 582). Vale dizer que, se ao nível mais abstrato de um exame do capital em geral, posta a cisão entre valor de uso e valor, o capital constante, ou capital fixo, em particular – seu valor de uso – funcionava como mero suporte material do valor, no exame do desenvolvimento dos meios de trabalho, é sua existência como valor, sua forma, que termina por determinar sua qualidade de valor de uso. A ferramenta se torna maquinaria – e maquinaria é o sistema de máquinas tomado em seu conjunto – porque este é o conteúdo material adequado aos desígnios do capital. Portanto, desde logo, o desenvolvimento das forças produtivas não é neutro, não se constitui como um vetor em direção unívoca, a exprimir, por si, diferentes estágios do domínio dos seres humanos sobre a natureza. Ao contrário, este desenvolvimento, a partir da constituição do modo de produção capitalista, será determinado segundo o próprio capital.[7] Noutros termos, tanto quanto o valor nega o valor de uso – sem deixar de absorvê-lo porquanto crie novas mercadorias e meios de produção –, tanto quanto a produção capitalista nega as necessidades humanas – sem deixar de moldá-las, na criação fetichista de novos padrões de consumo, novas necessidades, enfim, novas subjetividades –, assim também o capital nega a natureza como substrato da vida humana para torná-la objeto de sua exploração: esta, tão predatória quanto forem as necessidades do próprio capital. Daí porque, a nosso juízo, nos quadros do paroxismo do desenvolvimento capitalista, da tirania do tempo, não é possível separar em absoluto, o desenvolvimento das formas do capital, suas metamorfoses, de seu metabolismo, de seu intercâmbio determinado com a natureza (Mariutti, 2020).[8]

Em cômputos recentes, mais da metade das florestas do planeta já foi destruída, degradada ou fragmentada, restando preservadas somente 15%. Desde a Revolução Industrial, foi desmatada uma quantidade maior do que em toda a história pregressa, sendo ¼ de todo o desmatamento ocorrido da década de 1980 para cá. O crescimento exponencial da extração de madeira, das atividades de agropecuária, mineração, construção de cidades, de estradas, de hidrelétricas, bem como incêndios, respondem por essa tendência que se recrudesce e que compromete gravemente os solos, o regime das águas, o equilíbrio atmosférico e o clima, além da vida de mais de um bilhão de pessoas que

(7) Isso não significa, a nosso juízo, que, em certa medida, uma forma societária posterior não possa se assentar, em parte, sobre essas forças produtivas herdadas do modo de produção capitalista. Somente que estas poderão ser postas em função das necessidades humanas e de seu tempo livre e não da acumulação como fim em si.

(8) Para uma discussão em torno do nexo entre o problema ecológico e o problema das relações de produção, ver: Maria, Fracalanza e Corazza (2020).

dependem das florestas, entre as quais comunidades indígenas inteiras. O declínio e degradação dos recursos hídricos atingem contingentes crescentes. Cerca de 80% da população já vive sob a ameaça de algum nível de insegurança hídrica e, projeta-se, que, num futuro próximo, mais de 20% sofrerão de escassez absoluta de água. Estudos da FAO permitem prever que a degradação dos solos e a desertificação levarão, em meados deste século, à perda de ¼ da terra cultivável em comparação com o século XX, o que trará, naturalmente, consequências quanto à segurança alimentar. Ao mesmo tempo, os excessos do capitalismo também tomam a forma de quantidades imensuráveis de lixo, posto que a Revolução Industrial criou, pela primeira vez, os resíduos que não se reintegram ao metabolismo natural. Durante o século XX, o crescimento dos resíduos sólidos urbanos correspondeu a uma taxa maior que o dobro daquela do crescimento populacional e, no período recente, tem crescido a uma taxa de 8% ao ano. O exemplo do plástico, ícone do modo de vida moderno, fala por si: cerca de 85% não é reciclado. Digno de nota é o lixo plástico nos oceanos; no Pacífico Norte, as correntes marinhas fazem concentrar uma quantidade de lixo cujas dimensões, nas estimativas mais baixas, correspondem a uma área superior à da França. Tudo isso, para não falar dos efeitos dos pesticidas, que começam a comprometer as safras, em toda a sorte de poluentes orgânicos, de lixo eletrônico etc. (Marques, 2016).

A poluição causada por combustíveis fósseis, por sua vez, se espalha, sobretudo, nos oceanos, entre vazamentos de navios, sabotagens, guerras, além, naturalmente, de seus efeitos na atmosfera. A demanda por petróleo segue seu curso exponencial, tendo crescido entre 1995 e 2015 em torno de 34%. A crescente emissão de gases decorrentes da queima de combustíveis fósseis tem produzido mudanças na composição química atmosférica, perturbando o equilíbrio termodinâmico, com efeitos sobre os oceanos e os ecossistemas terrestres em geral. As três décadas entre 1980 e 2013 registraram elevações sucessivas de temperaturas que representam, cada qual, recordes em comparação com qualquer outra década desde 1850; pelo menos 15 dos 16 anos mais quentes de que se tem registro ocorreram depois de 2001. Desde o final do século XIX, a temperatura média se elevou em torno de 1ºC; mas o século XXI já registrou elevações de temperaturas em relação à média do século XX que chegaram ao limiar de 0,9º C. Prognósticos preveem, para 2100, nas estimativas mais baixas, uma elevação nas taxas médias de temperatura superior a 2º C – as estimativas mais altas chegam a propor 6º C. Os efeitos sobre a elevação do nível do mar, o crescimento do número de eventos meteorológicos extremos e mesmo a catástrofe de inundações de usinas nucleares, estas muitas vezes localizadas, para fins de resfriamento, nas cercanias de mares ou cursos de água, estão no horizonte. Enfim, esse conjunto de mudanças já torna sensível o colapso de parte da biodiversidade terrestre e marinha, a extinção de uma quantidade substancial de espécies. Um estudo de 2014 da União Internacional para a Conservação da Natureza revela que 30% das espécies estão ameaçadas de extinção: em média, por exemplo, 43% das plantas cicadófitas, 41% dos anfíbios, 34% das coníferas, 31% dos cactos, 31% dos tubarões e raias, 31% dos caranguejos de água doce, 26% dos mamíferos e 13% das aves. Embora a curva da extinção caminhe em paralelo com o crescimento demográfico, não se trata, evidentemente, de uma destruição na qual os humanos prevalecerão sobre as outras espécies. Trata-se de um processo de degradação da biodiversidade por obra de nossas mãos que nos coloca, ao mesmo tempo, à sombra de nosso próprio desaparecimento (Marques, 2016).

Um terceiro problema fundamental é a crise da reprodução social. A produção econômica e a reprodução social constituem dimensões inseparáveis do funcionamento das sociedades capitalistas. Enquanto a produção econômica refere-se à geração de bens, serviços e valor no âmbito do mercado,

a reprodução social compreende o conjunto de processos, trabalhos, relações e instituições necessários para produzir, manter e regenerar a vida humana e a força de trabalho ao longo do tempo. Isso inclui não apenas a reprodução biológica, mas também atividades como alimentação, limpeza, cuidados, educação, saúde, socialização, apoio emocional e a provisão de serviços públicos essenciais. Essas atividades asseguram a sobrevivência cotidiana das pessoas, o desenvolvimento de suas capacidades e a renovação diária e intergeracional da força de trabalho, tornando possível a continuidade do processo produtivo. Em outras palavras, a reprodução social é a condição indispensável para a reprodução da força de trabalho e, consequentemente, para a própria acumulação capitalista, ainda que esse trabalho permaneça historicamente invisibilizado, desvalorizado e atribuído predominantemente às mulheres.

É justamente da contradição entre a centralidade da reprodução social para o funcionamento da economia e sua permanente desvalorização que emerge a chamada crise da reprodução social. A economia feminista argumenta que as crises contemporâneas não decorrem apenas de desequilíbrios econômicos ou financeiros, mas da deterioração das condições materiais e institucionais que sustentam a vida. O avanço do neoliberalismo, das políticas de austeridade, da privatização dos serviços públicos e da retração da proteção social transferiu progressivamente para as famílias — e, no interior delas, para as mulheres — a responsabilidade pelo cuidado e pela reprodução cotidiana da vida. Como consequência, ampliam-se a precarização das condições de existência, a insegurança social, a sobrecarga do trabalho não remunerado e as desigualdades de gênero, classe e raça. Nessa perspectiva, a lógica da acumulação capitalista subordina sistematicamente a reprodução da vida às exigências do mercado, comprometendo as condições necessárias para a manutenção da própria sociedade.

Afirma-se, portanto, que vivenciamos uma crise da reprodução social porque cresce continuamente a demanda por cuidados, ao mesmo tempo em que diminuem a capacidade das famílias e a oferta pública de serviços para atendê-la. Esse processo é impulsionado pelo envelhecimento populacional, pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho, pelas mudanças nas estruturas familiares e pela insuficiência das políticas públicas de cuidados. No Brasil, a crise assume contornos ainda mais profundos devido à elevada informalidade, à precarização das relações de trabalho, à insuficiência da oferta de creches, serviços de saúde e cuidados de longa duração e à permanência da divisão sexual e racial do trabalho, que concentra sobre as mulheres de baixa renda, a responsabilidade pela sustentação cotidiana da vida. A crise da reprodução social evidencia, assim, os limites do atual modelo de desenvolvimento, que depende estruturalmente do trabalho de cuidados para reproduzir a força de trabalho, mas continua tratando-o como responsabilidade privada, em vez de reconhecê-lo como elemento central da organização econômica e das políticas públicas.

À crise estrutural ao nível das relações de produção e das forças produtivas corresponde uma crise ao nível das superestruturas. De uma parte porque, o processo de dissolução dos mecanismos que cimentam a reprodução das relações sociais básicas por meio da mercadoria, do dinheiro e do capital – a devastação da sociedade salarial, enfim – cria o vácuo em que emergem formas bárbaras de sociabilidade. Estas não são mais excrescências à luz de velhos valores da democracia burguesa – ou a especificidade da contraparte periférica do capitalismo –, mas, sim, a nova norma em que se vive, ou se sobrevive (Vieira, 2021). Isso põe em xeque a legitimação do poder do Estado (Mészáros, 2015). Suas funções garantidoras das condições de reprodução do capital, de manutenção da

propriedade privada em última instância, se combinavam com certas funções corretivas, de modo a estabelecer contrapesos aos conflitos constitutivos de uma estrutura social hierárquica fundada na dominação e na exploração. Mas, quando a própria base da sociabilidade se degrada na devastação da sociedade salarial, a legitimidade desse Estado entra em processo de progressiva corrosão. Ao mesmo tempo, os avanços da transnacionalização do capital que fraturam os velhos sistemas econômicos nacionais terminam por corroer a eficácia das políticas reformadoras – dos controles sobre taxas de câmbio, taxas de juros, da administração da demanda efetiva, por exemplo (Hobsbawm, 2007). A reforma do sistema no pós-guerra pressupunha um padrão de acumulação fordista, com efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego; sistemas econômicos relativamente referidos aos respectivos espaços nacionais, que permitiam a administração, pelo Estado, da demanda efetiva; um conjunto de instituições reguladoras da economia internacional, que preservavam as economias nacionais, tudo isso soldado por um arranjo de classes baseado na existência de uma classe operária que tinha em seu horizonte histórico a revolução. O padrão fordista foi destruído e deu lugar a uma combinação de desemprego estrutural e precarização; os sistemas econômicos nacionais se diluíram na transnacionalização de conglomerados produtivos e financeiros que encarnam um poder financeiro maior que o dos próprios bancos centrais nacionais; a regulação internacional se dissolveu já nos estertores do socialismo real. De resto, um crescimento econômico elevado como o do pós-guerra, sob os padrões técnicos e culturais vigentes hoje, conduziria o planeta ao colapso ambiental. A ressurreição de uma reforma keynesiana que não traspasse os limites do próprio capital talvez não fosse suficiente para equacionar esse conjunto de problemas.

Nesse quadro, o Estado se converte, progressivamente, numa força policial de contenção e gestão dos efeitos destrutivos da crise permanente. Sua feição fascista contemporânea parece, portanto, ser a forma correspondente a esse conteúdo (Santos; Feldmann, 2021).

4 Brasil na crise estrutural

O Brasil contemporâneo expressa, de forma aguda, a crise estrutural do capital em escala mundial. Trata-se de uma crise que não se limita a oscilações cíclicas de mera expansão ou retração do PIB, mas revela os limites históricos da própria forma de reprodução do capital, manifestando-se de maneira desigual entre centro e periferia. Desde os anos 1970, um novo padrão mundial de acumulação, baseado na financeirização, na reestruturação produtiva e em crescentes tensões geopolíticas, não resolve as contradições do capitalismo; ao contrário, as aprofunda e as distribui de forma desigual – com acabamos de descrever, atingindo com maior intensidade as economias periféricas e expondo a fragilidade de seus projetos de desenvolvimento. O mesmo movimento que, mundialmente, expressava a crise estrutural do capital, internamente significou o esgotamento da formação econômica iniciada nos anos 1930. O país, em vez de completar seu processo de industrialização, integrou-se progressivamente a um padrão mundial de acumulação que reforça sua condição subdesenvolvida.

Dessa forma, a crise brasileira contemporânea não é meramente conjuntural, mas resulta do entrelaçamento entre a crise estrutural do capital e o colapso de sua formação histórica — isto é, da impossibilidade de constituição de um sistema econômico nacional (Furtado, 1992). O neoliberalismo não representa uma solução, mas a forma histórica de gestão dessa crise, operando por meio da flexibilização do trabalho, da desregulamentação financeira e da liberalização dos fluxos de capital. Nesse contexto, a revolução microeletrônica e a expansão da *internet* não inauguram um novo ciclo

virtuoso, mas aprofundam a subsunção real da vida social ao capital, ao integrar dados biológicos, genéticos e digitais às cadeias globais de valor. A financeirização converte-se, assim, na forma dominante de poder e de guerra, não mais centrada exclusivamente na destruição física, mas na captura contínua de riqueza por meio de dívidas, juros, políticas monetárias e dispositivos de governança global – um império do curto prazo (Alliez; Lazzarato, 2019). A militarização permanece como horizonte, mas se articula a mecanismos difusos de coerção econômica e tecnológica. Mesmo a hegemonia dos EUA revela seus limites: o aparato industrial-militar expande-se, enquanto o potencial destrutivo (nuclear e ambiental) escapa a qualquer controle racional (Mészáros, 2012). Nesse cenário, o desemprego estrutural generaliza-se, inclusive nas economias centrais, evidenciando que o desenvolvimento das forças produtivas já não se traduz em ampliação do emprego ou do bem-estar. A democracia e o desenvolvimentismo esvaziam-se, convertendo-se em formas ideológicas que mascaram as contradições da reprodução do sistema. A competição entre corporações transnacionais dissolve os nexos nacionais de acumulação, impedindo a retenção dos multiplicadores de renda e emprego e desestruturando as bases da política econômica keynesiana nas economias ocidentais (Sampaio Jr., 1999).

Após o choque de juros dos Estados Unidos, em 1979, e a consequente restrição da liquidez internacional, a Crise da Dívida Externa de 1982 na América Latina constituiu um marco decisivo para o abandono do ideal de sistema econômico nacional. Não se tratou apenas de um impasse no financiamento da industrialização, mas do início de um processo de desconstrução econômica (Furtado, 1992). Nesse contexto, a subordinação ao imperialismo, em meio à transição do padrão mundial de acumulação dos anos 1970, encontrou sua face mais aguda na Crise da Dívida. O esgotamento do financiamento externo voluntário levou o Estado a assumir a dívida privada em dólares, convertendo-a em passivos públicos por meio de mecanismos de proteção cambial, o que aprofundou a subordinação da política econômica às condições do sistema financeiro internacional. Com a dívida já amplamente estatizada, o ajuste recaiu sobre o setor público, especialmente sobre as empresas estatais (Rodrigues, 2023b). Estas passaram a operar como instrumentos para a geração de divisas das empresas privadas e compressão de gastos, seja pela redução de investimentos, seja por sua própria desestruturação, viabilizando a transferência líquida de recursos reais ao exterior sob a égide dos programas de ajuste do FMI (Cruz, 1995; Carneiro, 2002). Determinada por estagflação, desemprego estrutural e contração do mercado interno, a década de 1980 evidenciou a exaustão da industrialização brasileira (Suzigan, 1992). As transformações subsequentes, aprofundadas pelas reformas neoliberais dos anos 1990 — com privatizações, desnacionalização e reconfiguração produtiva —, não representaram uma retomada do desenvolvimento, mas a consolidação de uma especialização regressiva na nova divisão internacional do trabalho (Coutinho, 1997).

O ajuste na reciclagem da dívida externa via FMI, somado à estagflação que prevaleceu sobre as sucessivas tentativas de estabilização monetária nos anos 1980, constituiu a base para a erosão da soberania do Estado brasileiro e para a conformação da reestruturação financeira e produtiva a partir dos anos 1990. Com Collor e FHC, a abertura econômica promovida entre 1990 e 2002 acelerou a desnacionalização produtiva. O Brasil passou a configurar-se como um "modelo liberal periférico", caracterizado por desorganização produtiva, vulnerabilidade externa e dependência tecnológica e financeira (Filgueiras, 2025). Nos governos Lula e Dilma, apesar de avanços sociais e produtivos expressivos, manteve-se o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal), o que limitou a recuperação da autonomia estatal e impediu a ruptura com a lógica da

financeirização. O capital financeiro internacional, por sua vez, ampliou sua mobilidade e passou a articular-se de forma cada vez mais complexa entre diferentes esferas da acumulação — industrial, bancária, comercial e agromineral, além de circuitos ilícitos —, sendo composto por interesses cruzados de residentes e não residentes.

Perry Anderson (2019) reconhece o êxito social do Governo Lula, especialmente na redução da pobreza e na inclusão dos mais pobres na sociedade de consumo, mas sustenta que tais avanços ocorreram sem ruptura estrutural com o liberalismo econômico. Define o período como uma aliança entre capitalismo e inclusão social mínima. Ele se apoia também em Francisco de Oliveira (2010), que ao formular o conceito de "hegemonia às avessas", argumenta que um governo de origem popular acabou por consolidar as bases do capital, em vez de desafiá-las. No caso de Dilma Rousseff, Anderson (2019) aponta um erro central: a tentativa de conciliar políticas anticíclicas com austeridade fiscal, sem base política sólida. Interpreta, ainda, o *impeachment* como um "golpe parlamentar", expressão da resistência das "elites" à continuidade de um projeto distributivo moderado. João Antonio de Paula (2021) converge nessa interpretação ao sustentar que os governos petistas, embora tenham combinado a estabilidade monetária herdada com políticas como a expansão do ensino superior, a valorização do salário-mínimo e programas de transferência de renda, não romperam com os fundamentos do modelo liberal periférico. Tais medidas, ainda que socialmente relevantes, permaneceram limitadas por não alterarem estruturalmente a distribuição de renda e riqueza, ficando condicionadas a conjunturas favoráveis, como os ciclos de alta das *commodities* e as folgas fiscais. A ausência de transformações estruturais revelou, assim, os limites de um reformismo frágil (ou de baixa densidade como o próprio André Singer [2012] conceituou), incapaz de sustentar avanços distributivos em contextos adversos. O período, segundo Paula (2021), foi marcado pela moderação programática, pelo afastamento de perspectivas mais radicalmente transformadoras e pela integração institucional de movimentos sociais. Como resultado, consolidou-se um arranjo no qual políticas compensatórias coexistiram com a reprodução das bases do capitalismo dependente, evidenciando que, mesmo em sua versão mais inclusiva, o neoliberalismo periférico impõe limites estreitos às possibilidades de mudança social. Thiago Canettieri (2023) radicaliza essa crítica ao afirmar que o Estado brasileiro passou a gerir uma "emergência econômica" por meio de ajustes, privatizações e flexibilizações, aprofundando a exclusão. Nessa leitura, os governos petistas não romperam com esse modelo, limitando-se a "gerenciar a crise" por meio de políticas sociais compensatórias e da dependência do *boom* das *commodities* — o que, do ponto de vista social, configuraria uma "gestão cadastral da barbárie".

A partir dos Governos Temer e Bolsonaro, observamos uma radicalização da dependência e da crise, consolidando um neoliberalismo de caráter mais autoritário, desprovido dos filtros sociais que marcaram o lulismo. O complexo multinacional, já presente desde o Golpe de 1964, passou a demandar novos "ajustes" diante da queda da lucratividade, centrados sobretudo em: i)- maior exploração da força de trabalho; ii)- intensificação da depredação ambiental. Tais diretrizes foram, em grande medida, sintetizadas (sob formulações eufemísticas) no programa "Uma Ponte para o Futuro" (2015).

Em síntese, as últimas décadas evidenciam o caráter refratário da economia brasileira. Trata-se de um processo de regressão estrutural, submetido aos ciclos mercantis-financeiros globais. Vive-se uma "ilusão de prosperidade" nos períodos de alta das *commodities* — antes impulsionada pelos países da OCDE, hoje pela China —, seguida por recessão e crise. O país permanece incapaz de

retomar um projeto verdadeiramente desenvolvimentista, tornando-se reflexo da valorização transnacional do capital. Nesse contexto, a desconstrução econômica brasileira, ainda que parcialmente atenuada pela resiliência de um tecido industrial remanescente, por uma agroindústria competitiva e pela abundância de recursos naturais e ecológicos cobiçados internacionalmente – vide as famosas terras raras, expressa uma regressão produtiva e uma recolonização econômica. Estas se assentam no extrativismo agromineral, na superexploração da força de trabalho e na especulação mercantil-financeira (Sampaio Jr., 2020; Campos, 2021; 2024; Lima Filho; Gennari; Campos, 2021).

5 Perspectiva de gênero e raça na formação brasileira

Os primeiros estudos no Brasil dedicados à análise do papel econômico das mulheres nas sociedades capitalistas surgiram entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, em um contexto marcado pela intensificação da industrialização, pela urbanização acelerada e pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Entre as contribuições pioneiras, destaca-se a obra de Heleieth Saffioti, que questionou a interpretação dominante de que o desenvolvimento capitalista levaria automaticamente à integração igualitária das mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário, a autora demonstrou que, nas economias capitalistas dependentes, como a brasileira, a incorporação feminina ocorreu de forma desigual, subordinada e funcional às necessidades da acumulação capitalista.

Segundo Saffioti (1976), a reduzida participação das mulheres na força de trabalho brasileira ao longo da primeira metade do século XX não podia ser explicada apenas por fatores culturais ou preconceitos de gênero. Tratava-se de um fenômeno estrutural relacionado às características do capitalismo periférico, marcado pela existência de um amplo excedente de mão de obra, pela limitada capacidade de absorção produtiva e pela permanência de relações sociais profundamente hierarquizadas. Em 1920, as mulheres representavam apenas 15,3% da população economicamente ativa brasileira, percentual que se elevou levemente para 21% em 1970. Em contraste, nos Estados Unidos, a participação feminina já alcançava 44% em 1973 (Saffioti, 1976). Para a autora, o capitalismo periférico produz contingentes populacionais permanentemente disponíveis ao mercado de trabalho, mas incapazes de serem incorporados de maneira estável e protegida às estruturas produtivas formais. Nesse contexto, as mulheres passaram a constituir uma "reserva estrutural" de força de trabalho, mobilizada conforme as necessidades conjunturais do capital e concentrada em ocupações precárias, descontínuas e mal remuneradas.

A compreensão da inserção das mulheres na sociedade brasileira exige reconhecer que elas nunca estiveram ausentes da produção econômica. Desde o período colonial, desempenharam funções essenciais tanto na produção quanto na reprodução social. O que se modificou historicamente foram as formas de reconhecimento, valorização e organização desse trabalho. Durante o período colonial e escravista, a economia brasileira dependeu intensamente do trabalho feminino, especialmente das mulheres negras escravizadas, responsáveis não apenas pelas atividades agrícolas e urbanas, mas também pelos trabalhos domésticos, pelos cuidados e pela manutenção cotidiana da força de trabalho.

A escravização estruturou profundamente a divisão racial e sexual do trabalho no Brasil. As mulheres negras exerciam múltiplas funções: trabalhavam na agricultura, atuavam como quitandeiras, lavadeiras, cozinheiras, amas de leite e empregadas domésticas, ao mesmo tempo em que garantiam a reprodução cotidiana da vida social. Diferentemente das mulheres brancas das elites, cuja posição

estava mais associada ao espaço doméstico e à administração familiar, as mulheres negras sempre estiveram intensamente inseridas no trabalho produtivo, embora em condições extremas de exploração e violência.

A abolição da escravidão não significou a integração da população negra ao mercado formal de trabalho. Pelo contrário, a transição para o trabalho livre ocorreu sem políticas de inclusão econômica e social, consolidando um padrão de marginalização racial que permanece presente na sociedade brasileira contemporânea. Conforme destaca Theodoro (2022, p.118), desde a virada do século XIX consolidou-se uma dinâmica em que os postos industriais e os empregos públicos eram majoritariamente destinados aos imigrantes europeus e trabalhadores brancos, enquanto a população negra era relegada aos serviços pessoais, ao pequeno comércio de rua e às ocupações de baixa remuneração. Desta forma a população negra adaptara-se àquela que é uma das características da sociedade desigual: a profusão de ocupações ligadas à prestação de serviços de caráter pessoal. Nesse processo, raça e gênero passaram a organizar conjuntamente a estrutura ocupacional brasileira. As mulheres negras permaneceram concentradas em atividades domésticas e serviços pessoais, ocupações marcadas pela informalidade, baixos salários e ausência de proteção social.

As relações de produção dominantes no Brasil colonial nunca prescindiram do trabalho das mulheres, seja como escravas ou trabalhadoras na sociedade que se urbanizava. Para Soares, Melo e Bandeira (2014, p.12), desde o primeiro Censo realizado em 1872 já era possível identificar a contribuição feminina no mundo do trabalho, embora sua presença econômica fosse muito anterior a esse período. No conjunto da população feminina com profissão, cerca de 52% eram empregadas domésticas e costureiras. Nos Censos de 1872 e 1900, o nível de ocupação feminino era de aproximadamente 73%, reduzindo-se para 17% em 1920. Segundo as autoras, essa queda relaciona-se às mudanças metodológicas dos recenseamentos, uma vez que grande parte das mulheres ocupadas com trabalho doméstico não remunerado deixava de ser contabilizada como economicamente ativa (Soares; Melo; Bandeira, 2014).

Os dados históricos revelam transformações contraditórias da participação feminina no trabalho ao longo do processo de industrialização. Em 1872, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho, concentradas principalmente na agricultura e nos serviços domésticos. Cerca de 20% atuavam em atividades ligadas à costura e aproximadamente 5,3% na indústria têxtil. Entretanto, ao longo das primeiras décadas do século XX, ocorreu uma redução significativa dessa presença nas atividades econômicas formais. Em 1940, segundo Saffioti (1981, p.23), as mulheres representavam apenas 15,9% da população economicamente ativa. Nas atividades industriais, sua participação correspondia a apenas 20,0% do total de trabalhadores do setor, perdendo força nos setores têxtil e de confecções.

Embora a análise histórica da distribuição setorial da força de trabalho apresente limitações metodológicas decorrentes da ausência de critérios homogêneos nos censos mais antigos, os dados existentes indicam que a concentração das mulheres em determinadas atividades acompanhou o desenvolvimento da estrutura produtiva brasileira. O processo de industrialização no Brasil iniciou-se tardiamente, entre as décadas de 1930 e 1940, acelerando-se apenas nos anos 1950. Nesse período, o país experimentou um expressivo processo de substituição de importações de bens de consumo não duráveis, particularmente nas indústrias têxtil e alimentícia, favorecido pelas restrições impostas pela crise internacional (Baer, 1965).

Conforme dados do Anuário Estatístico do Brasil (1941/1945), para um conjunto de ramos industriais da cidade de São Paulo, os segmentos com maior número de pessoas ocupadas concentravam-se na indústria têxtil, metalúrgica e de materiais de construção. As mulheres eram maioria na indústria têxtil (63%) e possuíam forte presença nas indústrias de produtos químicos, alimentícios e brinquedos. Ainda assim, o desenvolvimento industrial brasileiro não ampliou de forma significativa a inserção feminina em ocupações mais qualificadas. Pelo contrário, consolidou-se uma segregação ocupacional em que os setores de maior dinamismo econômico absorviam predominantemente mão de obra masculina, enquanto as mulheres eram direcionadas para atividades tradicionalmente associadas ao cuidado, aos serviços pessoais e ao trabalho doméstico.

Nos anos de 1950, consolida-se uma estrutura produtiva baseada em bens duráveis, impulsionada pelos investimentos em infraestrutura e pela expansão das multinacionais. A participação da indústria na economia brasileira salta de 14,8% em 1930 para 25,6% em 1950 (Bonelli, 2006), produzindo impactos significativos sobre o emprego e os salários. Contudo, conforme Baltar (2003 apud Krein, 2013), três características permaneciam marcantes nesse modelo de desenvolvimento: a existência de uma força de trabalho excedente, a reduzida participação dos salários na renda nacional e a profunda desigualdade distributiva.

Segundo Saffioti (1976), o processo de urbanização dos anos 1930 não resultou em aumento relativo da participação feminina na força de trabalho. Entre as décadas de 1930 e 1950, cresce a presença das mulheres em atividades domésticas não remuneradas e reduz-se sua inserção em atividades econômicas remuneradas. Nesse período, a indústria absorvia majoritariamente mão de obra masculina, enquanto as mulheres permaneciam concentradas nos serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde. Em 1950, as mulheres representavam 90,3% das pessoas inseridas em atividades domésticas não remuneradas e atividades educacionais discentes, enquanto apenas 14,7% participavam diretamente das atividades econômicas em relação ao total da população. O setor terciário começava a absorver mais intensamente a mão de obra feminina, concentrando 32,2% das mulheres ocupadas, ao passo que a participação feminina na indústria permanecia em torno de 17,4% (Saffioti, 1981).

Nas áreas rurais, as mulheres representavam um contingente significativo da força de trabalho. Conforme Madeira (1973), a evolução da participação feminina no setor primário passou de uma retração de 10,3% entre 1940-1950 para um crescimento de 44,9% entre 1950 e 1960, período em que os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares cresceram 110,3%. Tal movimento demonstra a forte presença das mulheres na pequena produção agrícola, característica que permanece até os dias atuais. Entretanto, a partir da década de 1960, a expansão industrial e o êxodo rural promoveram um deslocamento da força de trabalho agrícola para os grandes centros urbanos. Consolidava-se, simultaneamente, uma forte presença masculina no setor secundário e feminina no setor terciário, especialmente no comércio, nos serviços pessoais e no trabalho doméstico.

As grandes transformações econômicas experimentadas pelo Brasil ao longo dessas décadas induziram intensa urbanização. Em 1950, a população urbana representava 36% do total da população brasileira, proporção que se elevou para 68% em 1980 (Souza, 1998). Esse processo acelerou formas precárias de ocupação e ampliou a absorção feminina em atividades de baixa remuneração. De maneira geral, observa-se uma simetria entre as etapas de desenvolvimento econômico e a evolução da participação das mulheres na força de trabalho. Em uma primeira fase, marcada pela agricultura e

pela produção doméstica, a integração feminina era elevada. Em seguida, com a expansão industrial e a migração rural-urbana, ocorreu uma redução da participação feminina nas atividades produtivas formais, acompanhada pelo crescimento contínuo do emprego em serviços, ainda em condições desfavoráveis e insuficientes.

A literatura sobre desenvolvimento econômico e participação feminina no mercado de trabalho identifica uma relação entre as transformações da estrutura produtiva e as formas de inserção das mulheres no trabalho. A hipótese clássica da "curva em U" sugere que a participação feminina tende a ser relativamente elevada em economias predominantemente agrícolas e baseadas na produção familiar, reduz-se durante determinadas etapas da industrialização e urbanização e volta a crescer com a expansão dos serviços, o aumento da escolaridade feminina e a ampliação das ocupações profissionais e administrativas (Goldin, 1995). Essa trajetória, contudo, não é automática nem universal, uma vez que os efeitos da mudança estrutural sobre o trabalho feminino são mediados pelas instituições, pelas normas de gênero, pela divisão sexual do trabalho e pelas formas de segregação ocupacional.

Os dados sobre rendimentos reforçam essa dinâmica de desigualdade estrutural. Informações sobre os salários industriais na década de 1920 demonstram que, na indústria têxtil, 41% das mulheres concentravam-se na primeira faixa salarial, enquanto entre os homens o percentual era de apenas 11%. Nos anos de 1960, a relação permanecia semelhante: aproximadamente 29% das mulheres nas atividades secundárias estavam na faixa salarial mais baixa, frente a apenas 6% dos homens (Saffioti, 2013).

O diferencial educacional tampouco explica essas desigualdades. Conforme Soares, Melo e Bandeira (2014), já nos anos de 1940 as mulheres representavam 48,1% das pessoas com instrução média, alcançando 52% entre aquelas com ensino médio ciclo 1 e 48,4% no médio ciclo 2 em 1960. Apesar disso, o desenvolvimento econômico brasileiro não alterou substancialmente as desigualdades de remuneração e de oportunidades ocupacionais entre mulheres e homens. A baixa qualificação atribuída historicamente à força de trabalho feminina e a ausência de perspectivas de carreira atuaram como mecanismos de manutenção das mulheres em ocupações de baixa remuneração e reduzido prestígio social.

Carolina Maria de Jesus representa uma das vozes mais importantes para compreender as relações entre gênero, raça, pobreza e trabalho no Brasil. Mulher negra, migrante e moradora da favela do Canindé, em São Paulo, Carolina tornou-se conhecida a partir da publicação de *Quarto de Despejo* (1960), obra em que registrou a experiência cotidiana da fome, da precariedade e da exclusão social. Sua trajetória evidencia como a inserção das mulheres negras esteve historicamente associada às ocupações mais desvalorizadas e instáveis, marcadas pela informalidade e pela ausência de direitos.

Ao sobreviver do trabalho como catadora de papel, Carolina revelou a centralidade do trabalho feminino negro na sustentação da vida, mesmo em condições extremas de pobreza. Seus escritos demonstram que a reprodução social das famílias pobres urbanas dependia intensamente do trabalho invisibilizado das mulheres, da informalidade e de redes precárias de sobrevivência. Ao narrar a fome, o desemprego, a violência e a desigualdade, Carolina expôs as contradições do processo de urbanização e industrialização brasileiro, evidenciando que o chamado desenvolvimento econômico convivia com profundas desigualdades raciais e de gênero.

Em 1976, conforme dados da PNAD, 46,4% das mulheres recebiam até 1 salário-mínimo e 67,5% até dois salários-mínimos. Obviamente, o emprego doméstico remunerado contribui para este quadro, contudo, mesmo considerando esse fenômeno, é bastante discutível que os salários das mulheres em 1976 fossem suficientes para melhorar o nível de vida de suas famílias. (Saffioti, 1981, p.46). Dados do quarto trimestre de 2025 indicam que esse quadro pouco alterou, 31,6% das mulheres recebiam até 1 salário-mínimo e 70,8% até dois salários-mínimos.

A partir dos anos 1970, observa-se crescimento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho, resultado tanto das transformações econômicas quanto das mudanças demográficas, culturais e sociais em curso no Brasil e no mundo. O acesso das mulheres às universidades, a queda da fecundidade e a ampliação da atuação dos movimentos feministas contribuíram decisivamente para esse processo (Bruschini, 1998). Entre 1980 e 2010, o nível de ocupação feminino passou de 25,9% para 43,9%, enquanto a escolaridade feminina elevou-se progressivamente, superando a masculina no ensino superior a partir do Censo de 1991 (Teixeira, 2017).

Entretanto, o aumento da participação feminina no trabalho remunerado não significou a superação das desigualdades estruturais. As mulheres permaneceram concentradas em ocupações associadas ao cuidado, aos serviços e à reprodução social. O trabalho doméstico remunerado, o emprego informal, o trabalho em tempo parcial e os vínculos precários tornaram-se mecanismos centrais de absorção da força de trabalho feminina. Consolidou-se, assim, a dupla jornada: a combinação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado. Mesmo inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuaram responsáveis pela reprodução cotidiana da vida social, dinâmica que permitiu ao capitalismo brasileiro reduzir os custos de reprodução da força de trabalho ao transferir para as famílias, especialmente para as mulheres negras, parte significativa das responsabilidades de pela manutenção e reprodução da força de trabalho.

Entre 1985 e 1995, o perfil da inserção feminina sofreu os efeitos da crise econômica e da reestruturação produtiva. Cresceu a participação das mulheres nas atividades agrícolas em torno de 22% e no comércio em 23%, ao mesmo tempo em que houve redução de 25% na participação feminina na indústria. Em 1985, 61,4% das mulheres economicamente ativas recebiam até dois salários-mínimos, percentual que caiu para 45,1% em 1995. Entretanto, aumentou significativamente o número de mulheres sem rendimento declarado, passando de 15% para 24,5% no mesmo período. O rendimento médio feminino correspondia a cerca de 64% do masculino (Bruschini, 1998).

Uma característica importante da inserção feminina no mercado de trabalho refere-se às mudanças no perfil das trabalhadoras. Até os anos de 1970 predominavam mulheres solteiras, jovens e sem filhos. Posteriormente, ampliou-se a presença de mulheres casadas, com filhos e mais velhas. Em 1995, as maiores taxas de atividade feminina, superiores a 66%, concentravam-se entre mulheres de 30 a 39 anos (Bruschini, 1998). A participação das mulheres no mundo produtivo, portanto, não depende apenas da demanda do mercado, mas de uma articulação complexa que envolve responsabilidades familiares, trabalho doméstico e cuidados.

Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuaram responsáveis pela reprodução cotidiana da vida social. Consolidou-se, assim, a chamada dupla jornada: a combinação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado. Essa dinâmica permitiu ao capitalismo brasileiro reduzir os custos de reprodução da força de trabalho ao transferir para as

famílias — especialmente para as mulheres negras — parte significativa das responsabilidades relacionadas à manutenção cotidiana da vida.

Quando se examinam as relações de emprego em 1995, observa-se que 58% das mulheres convergiam para o trabalho doméstico remunerado (17,2%), o trabalho por conta própria (16,6%) e atividades não remuneradas ou voltadas ao consumo próprio (22,4%). Nos anos de 1990 elevou-se significativamente o número de pessoas ocupadas em atividades não assalariadas, destacando-se o emprego sem registro, o trabalho por conta própria e o trabalho não remunerado. Conforme Krein (2013), a peculiaridade desse período foi o aprofundamento de relações de trabalho já pouco estruturadas, marcado pela flexibilização, pelas subcontratações precárias e pela terceirização.

As desigualdades tornam-se ainda mais intensas quando articuladas às dimensões de raça e classe. As mulheres negras permaneceram historicamente concentradas nas ocupações mais desvalorizadas e precarizadas, especialmente no trabalho doméstico remunerado, nos serviços pessoais e em outras formas de trabalho voltadas à sobrevivência. A herança escravista consolidou um padrão persistente de racialização da divisão sexual do trabalho, no qual mulheres negras seguem ocupando posições mais vulneráveis na estrutura ocupacional brasileira.

A informalidade constitui elemento central dessa dinâmica. Diferentemente das economias centrais, onde a expansão do trabalho assalariado formal ocorreu de maneira mais abrangente, o capitalismo brasileiro sempre conviveu com elevados níveis de informalidade e subocupação. A informalidade opera como mecanismo de absorção da força de trabalho excedente em condições precárias, transferindo para os trabalhadores e suas famílias os custos da reprodução social. Nesse contexto, os serviços pessoais baratos desempenham papel fundamental na organização da sociedade brasileira. O trabalho doméstico remunerado, os serviços de cuidado e outras atividades de baixa remuneração permitem sustentar formas desiguais de reprodução social, ao mesmo tempo em que mantêm reduzidos os custos de manutenção da força de trabalho.

O avanço do neoliberalismo, como vimos no item anterior, aprofundou esse processo. A reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho, as privatizações e a redução das políticas sociais ampliaram significativamente a precarização do trabalho feminino. Ao mesmo tempo em que cresceu a participação das mulheres no mercado de trabalho, aumentaram também a informalidade, os vínculos precários, a terceirização e a intensificação do trabalho.

Segundo autoras como Tithi Bhattacharya (2023) e Wendy Brown (2019), o neoliberalismo promoveu uma profunda desresponsabilização estatal em relação à reprodução social, transferindo novamente para as famílias os custos relacionados à sobrevivência e à manutenção da vida. Houve, portanto, uma intensificação da sobrecarga feminina: maior participação no trabalho remunerado sem redistribuição equivalente das tarefas domésticas e de cuidado. No Brasil, esse processo ocorreu em um contexto marcado pela elevada desigualdade social e pela fragilidade histórica das políticas públicas de cuidado. A insuficiência de creches, escolas em tempo integral, equipamentos públicos de assistência e serviços de apoio limita fortemente as possibilidades de inserção produtiva das mulheres, especialmente das mulheres pobres e negras.

Atualmente, cerca de 47,2 milhões de mulheres encontram-se fora da força de trabalho, segundo dados da PNADC do quarto trimestre de 2025. Grande parte delas dedica-se às atividades de reprodução social e cuidado, essenciais para o funcionamento da economia, mas invisibilizadas

pelas estatísticas oficiais. A ausência dessas mulheres do mercado de trabalho remunerado não pode ser interpretada como mera escolha individual, mas como resultado de condições estruturais profundamente desiguais. As evidências demonstram que a pobreza constitui um dos principais obstáculos à inserção feminina no mercado de trabalho. Entre as mulheres que interromperam a busca por emprego, 32% apontaram as responsabilidades domésticas e de cuidado como principal motivo, evidenciando o peso da divisão sexual do trabalho na limitação do acesso feminino ao mercado de trabalho, entre as que tinham filhos de 0-3 anos 87% alegaram essas razões por estarem fora da força de trabalho.

Essa realidade se expressa de forma ainda mais intensa nas condições de renda e vulnerabilidade social. Dados da PNAD Contínua Anual de 2024 indicam que 32,3% das mulheres que se encontravam fora da força de trabalho viviam em domicílios com renda domiciliar per capita de até 1,2 salário-mínimo, percentual que se elevava para 40,6% entre as mulheres negras.

Além disso, as transformações demográficas em curso, especialmente o envelhecimento populacional e a ampliação das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, tendem a aprofundar ainda mais os desafios relacionados à reprodução social. Em um contexto de elevada informalidade, baixos salários e fragilidade das políticas sociais, amplia-se a pressão sobre o trabalho feminino e sobre as redes familiares de cuidado.

Nas análises sobre a formação econômica e social brasileira, o Estado ocupa um papel central na organização do mercado de trabalho, na definição das políticas de proteção social e na própria conformação das desigualdades sociais. Ao regular as relações de trabalho e estabelecer os limites da proteção social, o Estado interfere diretamente nas condições de inserção das mulheres no mundo do trabalho, reproduzindo ou atenuando desigualdades de classe, raça e sexo. Como destaca Carrasco, a atuação estatal participa da determinação da posição social ocupada pelos indivíduos e da estruturação das desigualdades, inclusive as de gênero (Carrasco, 2001, p. 8). No caso brasileiro, marcado por uma formação social profundamente desigual, as mulheres foram historicamente incorporadas ao mercado de trabalho de maneira subordinada, concentradas em atividades associadas ao cuidado, aos serviços pessoais e às ocupações mais precárias e desprotegidas.

Com o avanço do neoliberalismo, marcada pela mundialização, pela liberalização econômica e pela redução das funções sociais do Estado, aprofundaram-se as formas precarizadas de inserção feminina no trabalho. As mulheres passaram a desempenhar um papel central na compensação da deterioração das condições de vida das famílias, assumindo simultaneamente o trabalho remunerado e a ampliação das responsabilidades domésticas e de cuidado. Nesse contexto, expandiram-se formas de trabalho informal, domiciliar e flexível, frequentemente apresentadas como alternativas capazes de conciliar geração de renda e responsabilidades familiares. Contudo, tais estratégias reforçam a permanência das hierarquias de gênero e da divisão sexual do trabalho, ao manter as mulheres vinculadas ao espaço doméstico e às atividades reprodutivas, sem questionar as estruturas patriarcais que sustentam essas desigualdades (Federici, 2019).

Apesar do crescimento da participação das mulheres ao longo das últimas décadas, elas ainda apresentam taxas de participação significativamente inferiores às dos homens e permanecem inseridas de forma desigual nas ocupações e nas condições de trabalho. Dados da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que, em 2025, a taxa de participação feminina situava-se em torno de 52,8%, enquanto entre os homens ultrapassava 72%, revelando milhões de mulheres

fora da força de trabalho. Essa desigualdade torna-se ainda mais evidente entre mulheres negras e mães com filhos pequenos. Além disso, a inserção ocupacional feminina permanece fortemente concentrada em atividades relacionadas aos serviços pessoais, ao cuidado e ao trabalho doméstico. As mulheres predominam em ocupações como trabalho doméstico, limpeza, educação, saúde, alimentação e comércio, setores historicamente marcados por baixos salários e alta rotatividade.

As mulheres também permanecem mais expostas ao desemprego e às formas precárias de ocupação. Mesmo nos períodos de recuperação econômica, as taxas de desocupação femininas seguem superiores às masculinas. Em 2025, a taxa média de desemprego das mulheres permaneceu próxima de 6,2%, enquanto entre os homens ficou em torno de 4,2%, segundo a PNAD Contínua. Entre as mulheres negras, os indicadores são ainda mais elevados (7,5%), demonstrando como gênero e raça se articulam na produção das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. Além do desemprego aberto, grande parte das mulheres encontra-se em ocupações informais, no trabalho por conta própria de baixa renda ou em jornadas parciais involuntárias.

Portanto, a formação brasileira foi historicamente estruturada sobre profundas desigualdades de classe, raça e gênero, herdadas do passado colonial e escravista e continuamente reproduzidas pelas formas de organização do trabalho e da produção. A elevada concentração de renda, terra e poder, associada a uma matriz produtiva marcada pela heterogeneidade estrutural, conformou um mercado de trabalho profundamente desigual, no qual amplos contingentes da população foram inseridos de maneira subordinada e precária. Nesse processo, mulheres e população negra ocuparam, historicamente, os postos de trabalho mais desvalorizados, instáveis e mal remunerados, evidenciando que as desigualdades não constituem um fenômeno conjuntural, mas um elemento constitutivo do desenvolvimento capitalista brasileiro. O mercado de trabalho tornou-se uma verdadeira "fábrica da desigualdade", reproduzindo hierarquias sociais e limitando o acesso de parcelas significativas da população aos direitos, à renda e à proteção social.

A perspectiva da interseccionalidade permite compreender que as desigualdades sociais no Brasil não se explicam apenas pela condição de classe, mas pelo entrecruzamento entre classe, gênero, raça, território e geração, que estruturam de forma simultânea as relações de poder e as oportunidades de acesso aos direitos. As mulheres negras, especialmente as jovens e periféricas, concentram os indicadores mais críticos, revelando os limites históricos de um modelo de desenvolvimento excludente. Ao mesmo tempo, a permanência dessas desigualdades demonstra como a cultura do privilégio e as hierarquias herdadas do escravismo seguem presentes nas instituições e no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Por isso, o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça deve ser compreendido como dimensão estruturante de qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social comprometido com a ampliação da cidadania, da democracia e da igualdade de direitos.

Assim, compreender a trajetória das mulheres e das pessoas negras na formação econômica e social brasileira exige reconhecer que sua inserção sempre esteve articulada às necessidades históricas da acumulação capitalista periférica. O capitalismo brasileiro depende estruturalmente tanto do trabalho produtivo remunerado das mulheres quanto do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Ao mesmo tempo em que incorpora crescentemente a força de trabalho feminina, mantém mecanismos permanentes de subordinação, desvalorização e precarização.

A experiência brasileira demonstra, portanto, que o desenvolvimento capitalista não conduz automaticamente à igualdade de gênero e raça. Ao contrário, a expansão capitalista convive e se reorganiza continuamente a partir de profundas desigualdades estruturais, sustentadas historicamente pela exploração do trabalho feminino e, particularmente, do trabalho das mulheres negras. As mulheres nunca estiveram fora da economia; estiveram inseridas de maneira desigual, invisibilizada e subordinada, sustentando historicamente tanto a produção quanto a reprodução da vida social no Brasil.

Algumas questões se fazem, portanto, importantes para reflexão: i)- considerando as diferentes etapas da formação econômica e social no Brasil, da economia escravista ao neoliberalismo, como se reorganizaram a divisão sexual e racial do trabalho e quais permanências podem ser identificadas na posição ocupada pelas mulheres, especialmente as mulheres negras, na estrutura produtiva brasileira? ii)- em que medida o capitalismo brasileiro utilizou historicamente o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres como mecanismo de redução dos custos de reprodução da força de trabalho, transferindo para a família responsabilidades que deveriam ser socialmente compartilhadas? iii)- o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas representou uma ruptura efetiva com as desigualdades estruturais da formação econômica e social brasileira ou apenas uma reconfiguração das formas de exploração, precarização e subordinação do trabalho feminino?

6 Conclusão

O desenvolvimentismo não foi capaz de constituir um sistema econômico nacional no Brasil. Em seu percurso, jamais alcançou uma autonomia relativa efetiva. Ainda que tenha promovido a formação de uma indústria pesada, a urbanização de mais da metade da população e elevado o país a uma posição de destaque entre as economias de maior crescimento do PIB, manteve-se preso à dependência externa e à segregação social. No auge da ditadura militar, esse acerto de contas adiado com o passado cobrou seu preço. Justamente quando se acreditava que a industrialização representaria um caminho irreversível, ao apresentar o alongamento das cadeias produtivas e a intensificação das transferências tecnológicas, a crise estrutural do capital penetrou sem resistência, uma vez que a dominação do capital internacional já se encontrava consolidada desde o apogeu do desenvolvimentismo (1956–1973).

A conjuntura atual mostra a reciclagem da herança colonial e sua adaptação às necessidades cada vez mais contemporâneas e destrutivas do capital no século XXI. Tal processo não pode ser atribuído exclusivamente ao neoliberalismo ou às suas reformas — ainda que estas dominem um debate frequentemente reducionista entre economistas “ortodoxos” e “heterodoxos”. O que se observa é a articulação entre os entraves estruturais da formação brasileira e o padrão mundial de acumulação instaurado pela crise estrutural do capital. Sem ter solucionado os problemas fundamentais de sua formação nacional, a economia brasileira tornou-se mais frágil, vulnerável e reflexa diante das instabilidades e incertezas do capitalismo atual. No século XXI, a dependência externa atinge um patamar inédito, ao mesmo tempo em que o subdesenvolvimento, determinado pela herança escravocrata, se manifesta de forma livre no monopólio social da renda e da riqueza pelas classes dominantes. Ainda que possam ser apreendidas no plano conjuntural, a desindustrialização, a desnacionalização e a reprimarização da economia brasileira refletem a persistência de uma estrutura mercantil-financeira que, longe de ser superada, tende a se reinventar ao longo da história.

Referências bibliográficas

ABRAMET – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA DE TRÁFEGO. Portal ABRAMET. Disponível em: https://portal.abramet.org.br/. Acesso em: 3 nov. 2025.

AEB – ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. *Análises de comércio exterior*. Disponível em: https://aeb.org.br/cat/analises-de-comercio-exterior/. Acesso em: 24 abr. 2026.

ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. *Guerras e capital*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ANDERSON, P. Brazil apart: 1964–2019 [recurso eletrônico]. London: Verso, 2019. ISBN 978-1-78873-796-8. Disponível em: https://www.versobooks.com/books/3173-brazil-apart.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARANTES, P. E. *O novo tempo do mundo*: e outros estudos sobre a era de emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANTES, P. E. *A fratura brasileira do mundo*: visões do laboratório brasileiro da mundialização [recurso eletrônico]. São Paulo: s.n., 2021. ISBN 978-65-00-17385-7. Disponível em: https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/book/81.

BACCHI, S. A crise geral do capital. *Revista Fim do Mundo*, n. 1, jan./jun., p. 23-38, 2020.

BAER, W. A *Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1965.

BANCO MUNDIAL. *Produto Interno Bruto (PIB)* – taxa de crescimento anual (%). Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 2 jun. 2026.

BASTOS, P. P. Z. *A dependência em progresso*: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises no Brasil (1890–1954). Tese (Doutorado)–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Investimento Direto 2022*. Brasília: BCB, 2022. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid. Acesso em: 4 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas do setor externo*. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno. Acesso em: 19 ago. 2026.

BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J., S. G. *Depois da queda*: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da reprodução social*: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BONELLI, R. *Política econômica e mudança estrutural no século XX*: uma visão de longo prazo da evolução no nível de atividade no Brasil (1900-2000). In: IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br. Acesso em: 24 abr. 2026.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BRUSCHINI, C. *Trabalho feminino no Brasil*: novas conquistas ou persistência da discriminação? Trabalho apresentado no Latin American Studies Association Meeting (LASA). Chicago, EUA, 24-26 set. 1998.

BUKHARIN, N. *El imperialismo y la acumulación del capital*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1974.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAMPOS, F. A. *A arte da conquista*: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2026.

CAMPOS, F. A. Internacionalização brasileira e Instrução 113 da SUMOC. América Latina en la Historia Económica, v. 24, p. 93–124, 2017.

CAMPOS, F. A. (Org.) *Introdução à formação econômica do Brasil*: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.

CAMPOS, F. A. Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira. In: CAMPOS, F. A.; MACEDO, F. C.; VIEIRA, C. A. C.; MARIUTTI, E. B.; MIRANDA, H.; FIX, M. A. B. (Org.). *Imperialismo, subdesenvolvimento e território*: dimensões teóricas, históricas e empíricas. Curitiba: CRV; Campinas-SP: IE/Unicamp, 2021.

CAMPOS, F. A. Mar morto: notícias sobre a conjuntura econômica brasileira. In: CORSI, F. L.; MENDONÇA, M. G.; SANTOS, A. (Org.). *América Latina na conjuntura pós-pandemia*: a crise do sistema e a nova guerra fria. Marília-SP: Projeto Editorial Praxis, 2024.

CANETTIERI, T. *Brasil catástrofe*: constelações da destruição que estamos vivendo. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

CANO, W. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: CANO, W. *Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, Unicamp, 2006.

CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Aurora*, ano IV, n. 6, p. 1-10, ago. 2010.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp; Unicamp. IE, 2002.

CARRASCO, C. *La sostenibilidad de la vida humana*: ¿un asunto de mujeres? Mientras Tanto, Barcelona: Icaria Editorial, n. 82, p. 43-70, 2001.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2023*: el financiamiento de una transición sostenible: inversión para crecer y enfrentar el cambio climático. Santiago del Chile: CEPAL/ONU, 2023.

CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. A Crise do capitalismo global: bolhas especulativas e novos espaços de acumulação na periferia. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 7, n. 2, p. 267-299, maio/ago. 2018.

COUTINHO, L. G. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In VELLOSO, J. P. R. (Org.). *Brasil*: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. M. Política econômica, inflexões e crise: 1974/1981. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*: ensaios sobre a crise. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998. v. 1.

CRUZ, P., D. *Dívida externa e política econômica*: a experiência brasileira nos anos 70. 2. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1999.

CRUZ, P., D. Endividamento externo e transferência de recursos reais para o exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. *Nova Economia*, v. 4, n. 1, p. 121-144, 1995.

DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1985.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Global, 2006.

FERNANDES, F. O dignificado da ditadura militar. In: TOLEDO, C., N. (Org.). *1964*: visões críticas do Golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FILGUEIRAS, L. Mundialização financeira e capitalismo periférico: nova forma de dependência e a reconfiguração do Estado. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 38, p. 1-13, 2025.

FMI. *Finance & development*: artificial intelligence – What AI means for economics. Washington, DC: IMF, dez. 2023. Disponível em: https://www.imf.org/-/media/files/publications/fandd/article/2023/december/fd1223.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 2 jun. 2026.

FONSECA, P. C. D.; MARQUETTI, A. A. Do desenvolvimentismo à desindustrialização: Brasil, 1930-2022. In: VELHO, Sérgio Roberto Knorr (Org.). *Neoindustrialização brasileira*. São Paulo: Blucher, 2024. p. 75-97.

FORD, M. *Os robôs e o futuro do emprego*. Rio de Janeiro: Best Business, 2019.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. *A nova dependência*: dívida externa e monetarismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. *Brasil*: a construção interrompida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GEFF. *Notas sobre a conjuntura econômica* – agosto de 2023. Contrapoder, 2023. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/notas-sobre-a-conjuntura-economica-agosto-2023/. Acesso em: 24 ago. 2023.

G1. Censo: Brasil perdeu 4,3 milhões de moradores na zona rural e ganhou 16,6 milhões nas áreas urbanas em 12 anos. *G1 – Economia*, 14 nov. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/11/14/censo-brasil-perdeu-4-milhoes-de-pessoas-na-zona-rural-e-ganhou-16-milhoes-nas-areas-urbanas-em-12-anos.ghtml. Acesso em: 8 ago. 2025.

GOBETTI, S. U. Concentração de renda no topo: novas revelações pelos dados do IRPF. *Nota Técnica IBRE/FGV*, 2024.

GOLDIN, Claudia. The U-shaped female labor force function in economic development and economic history. *NBER Working Paper*, n. 4707, 1994. Publicado posteriormente em 1995.

GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. *Vinte e oito anos de economia brasileira*. Brasília, DF: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2023.

HAMILTON, A. *Papers on public credit, commerce and finance*. New York: Columbia University Press, 1934.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HERRERA, R. O capital fictício no centro da crise. In: GOMES, H. (Org.). *Especulação e lucros fictícios*: formas parasitárias de acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, E. *A era do capital*: 1848-1875. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988a.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios*: 1875-1914. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b.

HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*: 1789-1848. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno*: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOFFMANN, R. Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. R. (Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 105-123.

IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

IBGE. *Pesquisa Industrial Anual, 2019*. IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?edicao=31196. Acesso em: 4 jan. 2024.

IBGE. *Contas Nacionais*. 2024a. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais.html. Acesso em: 30 jan. 2024.

IBGE. *Painel de Indicadores*. 2024b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego. Acesso em: 31 jan. 2024.

ICPR – INSTITUTE FOR CRIME & JUSTICE POLICY RESEARCH. *Brazil, world prison brief*. London: ICPR, 2024. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/country/brazil.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da violência 2025*. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. 174p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KREIN, D. J. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo: LTr, 2013.

LENIN, V. I. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LESSA, C. *A estratégia de desenvolvimento, 1974/76*: sonho e fracasso. 2. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

LESSA, C. Visão crítica do II PND. *Tibiriçá*, ano II, n. 6, jan./mar. 1977.

LIMA FILHO, P. A.; GENNARI, A. M.; CAMPOS, F. A. Revolução e contrarrevolução na vanguarda capitalista da barbárie. *Revista Fim do Mundo*, n. 5, p. 27-38, 2021.

LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MADEIRA, F. R. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil*: 1920-1970. São Paulo: CEBRAP, 1973.

MAGDOFF, H. *Imperialismo*: da era colonial ao presente. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MAIA, K.; NASCIMENTO, J. As desigualdades como modelo de negócio. *Folha/UOL*, 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/desigualdades/2024/01/as-desigualdades-como-modelo-de-negocio.shtml. Acesso em: 30 jan. 2024.

MAMPAEY, L.; SERFATI, C. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso guerra sem limites? In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARCOLINO, A. *Os números do Brasil*. IHU-Unisinos, 2023. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/632685-os-numeros-no-brasil. Acesso em: 26 set. 2023.

MARIA, M. R.; FRACALANZA, P. S.; CORAZZA, R. I. Economia política da redução do tempo de trabalho: dos autores pioneiros ao debate contemporâneo sobre transições para sustentabilidade. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 629-654, maio/ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-6351/4960.

MARIUTTI, E. B. *Dinheiro, técnica, máquinas e acumulação de capital*: a "revolução industrial" como intensificação da predação capitalista sobre o homem e a natureza. Campinas: IE/Unicamp, 2020. (Texto para Discussão, n. 374). Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD374.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2016.

MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo*: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCCHELLI, F. *A contradição em processo*: o capitalismo e suas crises. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2004.

MAZZUCCHELLI, F. *Os dias de sol*: a trajetória do capitalismo no pós-guerra. Campinas: Facamp, 2013.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. 11. ed. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Facamp, 2009.

MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*: ensaios sobre a crise. Campinas: Unicamp. IE, 1998. v. 1.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar*: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

OIT. *World employment and social outlook*: trends 2025. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2025. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-01/WESO25_Trends_EN_WEB5.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

OLIVEIRA, C. A. B. *O processo de industrialização*: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Unesp, 2003.

OLIVEIRA, F. *Que é a revolução brasileira?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). *Hegemonia às avessas*: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

OXFAM. *Desigualdade S.A.*: como o poder corporativo divide nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/. Acesso em: 23 jan. 2024.

PAULA, J. A. *O capitalismo no Brasil*. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

PEREIRA, J. E. C. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil*: 1966/73. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa, n. 27).

PHILLIPS, P. *Titans of capital*: how concentrated wealth threatens humanity. New York: The Censored Press, 2024.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

PRADO JR., C. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR., C. *História e desenvolvimento*: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

PRADO, E. F. S. *Da lógica da crítica da economia política*. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2022.

ROBERTS, M. *The long depression*: how it happened, why it happened, and what happens next. Chicago: Haymarket Books, 2016.

RODRIGUES, E. M. Quem está no comando? Poder entre grupos econômicos hegemônicos no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*, v. 35, n. 1 (63), p. 171-192, 2023a.

RODRIGUES, C. H. L. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2023b.

RONCAGLIA, A. O agro não é pop... o agro é lobby! *Folha/UOL*, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/andre-roncaglia/2023/08/o-agro-nao-e-pop-o-agro-e-lobby.shtml. Acesso em: 24 ago. 2023.

SABADINI, M. S.; CAMPOS, F. O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico. *Revista Fim do Mundo*, n. 6, p. 21-54, 2021.

SADER, E. *Século XX*: uma biografia não autorizada. O século do imperialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. *Do artesanal ao industrial*: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAMPAIO JR., P. S. A. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO JR., P. S. A. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: CAMPOS, F. A. (org.). *Introdução à formação econômica do Brasil*: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial. 2. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.

SANTOS, F. L. B.; FELDMANN, D. *O médico e o monstro*: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos. São Paulo: Elefante, 2021.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, C.; MELO, H. P.; BANDEIRA, L. M. O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1982 a 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. *Anais* [...]. São Pedro, SP: ABEP, 2014. 24-28 nov. 2014.

SODRÉ, N. W. *Brasil*: radiografia de um modelo. Petrópolis: Vozes, 1975.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

SUZIGAN, W. A política industrial após uma década de estagnação. *Economia e Sociedade*, Campinas, IE. Unicamp, n. 1, ago. 1992.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas: Unicamp. IE, 1998.

TEIXEIRA, M. O. *Um olhar da economia feminista para as mulheres*: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

THEODORO, M. *A sociedade desigual*: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TOLEDO, C. N. (Org.). *1964*: visões críticas do golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

UBS. *Global wealth report 2023*. Zurique: The Credit Suisse Research Institute, 2023.

UNAFISCO NACIONAL. Notas técnicas, 2024. Disponível em: https://unafisconacional.org.br/. Acesso em: 18 jan. 2024.

VIEIRA, C. A. C. 60 anos de formação econômica do Brasil: a construção interrompida na crise estrutural do capital. In: FUCIDJI, J. E. (Org.). *As narrativas de Clio*: ensaios de interpretação histórica e metodológica. Curitiba: CRV; Campinas, SP: Unicamp. IE, 2021.

VIEIRA, C. A. C. Das crises cíclicas à crise estrutural do capital. *Revista Fim do Mundo*, n. 9, p. 30-60, jan./jun. 2023.

WALLERSTEIN, I. Structural crisis, or why capitalism may no longer find capitalism rewarding. In: WALLERSTEIN, I.; COLLINS, R.; MANN, M.; DERLUGUIAN, G.; CALHOUN, C. *Does capitalism have a future?* New York: Oxford University Press, 2013.

WEBER, M. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.